

AREA RESTRITA

Relatório Completo 30/09/2015 às 14:56:45

Total de (88) Proposições.

PL 1193/1995

Autor: JORGE ANDERS - PSDB/ES

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Foco	<p>modificado em 24/09/2015 às 15:21</p> <p>reduzir em 50% o valor das tarifas aéreas para as categorias de pessoas que menciona.</p>
O que é	<p>modificado em 11/09/2015 às 10:38</p> <p>Determina que os idosos com mais de sessenta anos, os aposentados, os pensionistas e os ex-combatentes serão beneficiados com 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais.</p>
Situação	<p>modificado em 11/09/2015 às 10:38</p> <p>Mesa Diretora. Aguardando inclusão na Pauta.</p> <p>18/05/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - O projeto principal (PL 1967/1999) foi devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA).</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 18/09/2015 às 10:55</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.</p> <p>De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).</p> <p>Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a Constituição determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). A par disto, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que neste caso devem ser observadas as disposições do art. 154, I, que autoriza a criação, mediante lei complementar, de impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.</p>

AREA RESTRITA

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os consumidores não alcançados pelo benefício social pretendido.

PL 4389/2004

Autor: Deputado João Campos (PSDB/GO)

Relator: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 18/09/2015 às 11:02 gratuidade no transporte de cadáveres e órgãos humanos
O que é	modificado em 18/09/2015 às 10:53 GRATUIDADE DO TRASLADO INTERESTADUAL DE CADÁVERES OU RESTOS MORTAIS HUMANOS, BEM COMO DE ÓRGÃOS E TECIDOS HUMANOS PARA FINS DE TRANSPLANTE, POR EMPRESAS BRASILEIRAS DE TRANSPORTE AÉREO.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 10:56 Aguardando realização de audiência pública
Nossa Posição	modificado em 18/09/2015 às 10:53 DIVERGENTE O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela gratuidade serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.

AREA RESTRITA

PL 2974/2008

Autor: Deputado Lira Maia (DEM-PA)

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 18/09/2015 às 11:05 conceder crédito de franquia de bagagem
O que é	modificado em 18/09/2015 às 11:05 Concede ao passageiro crédito de quilos quando os pertences despachados não totalizarem o peso máximo a que tem direito como franquia de bagagem, podendo utilizá-lo para abater excesso de peso em viagens futuras.
Situação	modificado em 18/09/2015 às 17:33 CD ? Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na CVT e CDC. Projeto pode ser arquivado em definitivo.
Nossa Posição	modificado em 18/09/2015 às 17:33 DIVERGENTE A possibilidade de a franquia de bagagem não utilizada ser convertida em crédito aos passageiros que não a esgotem interfere na liberdade das empresas determinarem livremente os preços dos seus serviços (tarifas), o que implicará na elevação dos seus custos operacionais, com efeitos danosos sobre os preços das passagens. Além disto, a operacionalização da proposta ficará comprometida nos casos em que um número elevado de passageiros detentores de ?créditos? de bagagem pretenda utilizá-los no mesmo voo, o que ensejaria sobre peso, pondo em risco a segurança da aeronave.

PL 4804/2009

Autor: Dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA)

Relator: Dep. Giroto (CVT)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 18/09/2015 às 17:39 tabelar preços de tarifas aéreas
O que é	modificado em 18/09/2015 às 17:36 Modifica a Lei nº 11.182, de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 11:04 06/02/2015 ? O projeto que havia sido arquivado no dia 31/01, foi desarquivado nesta data. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Nossa Posição	modificado em 18/09/2015 às 17:36 DIVERGENTE

AREA RESTRITA

O PL objetiva restringir a liberdade tarifária assegurada no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, nos termos abaixo:

Art. 49. Prevalecerá o regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares em linhas exploradas por mais de um concessionário ou permissionário, cabendo-lhes, nesse caso, determinar suas próprias tarifas, comunicando-as à ANAC na forma e no prazo que a Agência definir.

§ 1º Nas linhas aéreas exploradas por apenas um concessionário ou permissionário, a prestação de serviços regulares estará sujeita às regras tarifárias que a ANAC lhe impuser, no intuito de evitar preços abusivos.

A liberdade tarifária em conjunto com a liberdade de exploração de qualquer linha aérea constitui instrumento fundamental para o desenvolvimento do transporte aéreo. A proposição legislativa gera um modelo híbrido, em que a maior parte das linhas hoje exploradas se sujeitaria a restrições impostas pelo órgão regulador, sobretudo em linhas aéreas regionais. A proposta impacta a eficiência econômica e prejudica a competitividade das empresas, podendo resultar em abandono de rotas de menor tráfego. Além disto, a proposta implicaria em aumento do custo regulatório da ANAC e insegurança jurídica às companhias aéreas, que poderiam vir a ter seus preços tabelados, repisando o mesmo modelo que levou à falência, simultaneamente e num curto período de tempo, as empresas que compunham os Grupos VARIG, VASP e TRANSBRASIL.

O êxito do modelo tarifário atual, levou à redução dos preços médios das passagens aéreas em de 50% nos últimos anos, enquanto a quantidade de passageiros transportados mais que dobrou no mesmo período, demonstrando que a adoção do regime de liberdade tarifária combinado com o regime de liberdade de exploração de qualquer linha aérea aumentou a eficiência do mercado e propiciou maior concorrência entre as empresas aéreas.

A proposição se convertida em lei implicará em greve retrocesso, com prejuízo, sobretudo, para os consumidores.

AREA RESTRITA

PL 3037/2011

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Relator: Deputado JÃ´ Moraes (PCdo B - MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 18/09/2015 às 17:43 impor desconto 50% nos preços das passagens aéreas - VER APENSADOS
O que é	modificado em 18/09/2015 às 17:43 Altera a Lei nº 8.899/94, para concessão de desconto de cinquenta por cento nas tarifas de passagens aéreas para atletas portadores de deficiência nos deslocamentos destinados à participação em competições nacionais e internacionais.
Situação	modificado em 18/09/2015 às 17:43 CSSF aguardando votação do parecer da Relatora, na CCSF, pela aprovação, com substitutivo.
Nossa Posição	modificado em 18/09/2015 às 17:43 O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem previamente com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencialista, no pressuposto de que os custos gerados pela redução das tarifas serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não ao Estado, a quem cabe destinar recursos públicos para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento (CF, art. 217, II), ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.

PLS 81/2012

Autor: Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)

Relator: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 15:31 impor ?tarifa zero? para o transporte das pessoas que menciona
O que é	modificado em 28/09/2015 às 15:31 Inclui no sistema de transporte coletivo interestadual o modal aéreo, com a finalidade de assegurar o benefício do passe livre (tarifa zero) aos passageiros do transporte aéreo que sejam portadoras de doenças graves ou incapacitantes e comprovadamente carentes.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 15:31 SF ? CDH, designado como relator o Senador Lindbergh Farias
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 15:31 DIVERGENTE A Lei nº 8.999/94 concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual. O PL em tramitação acresce novas disposições à Lei em vigor para: (i) estender o benefício também para os portadores de doenças graves ou incapacitantes, além dos portadores de deficiência; (ii) esclarecer que o sistema de

AREA RESTRITA

transporte coletivo interestadual abrange os modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo; (iii) estabelecer que a utilização do passe livre é condicionada à comprovação de que a viagem tem por finalidade tratamento de saúde; (iv) estabelecer que as empresas transportadoras ficam obrigadas a reservar dois assentos por veículo, exceto no transporte aéreo, que fica obrigado a um assento; (v) estender o benefício ao acompanhante igualmente hipossuficiente (carente), se atestada a imprescritibilidade do acompanhamento.

O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por aeronave (passe livre) para os portadores de doenças graves ou incapacitantes, além dos portadores de deficiência, instituindo o benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, institui política social assistencialista, sem indicar a necessária contrapartida da fonte de custeio pública. De regra sustenta-se que a adoção de tal política é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social seja financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade, estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores que não sejam carentes.

AREA RESTRITA

PLS 303/2012

Autor: Senadora Ana Amâlia (PP/RS)

Relator: Senador Vicentinho Alves (PR/TO)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 15:33 assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.
O que é	modificado em 28/09/2015 às 15:33 Altera a Lei nº 6.009/73, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 14:27 03/09/2015 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - O relator da matéria, Senador Vicentinho Alves (PR/TO), apresenta nova minuta de parecer, em substituição à anterior, pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CAE, na forma do substitutivo que apresenta.
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 15:33 CONVERGENTE A iniciativa é meritória, uma vez que por objetivo reduzir o custo do transporte aéreo internacional regional com destino ou origem em cidades gêmeas fronteiriças.

PL 3270/2012

Autor: Deputado Carlos Souza (PSD-AM)

Relator: Deputado Geraldo Thadeu (PSD-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 15:36 estabelecer tarifa social para beneficiários do Bolsa Família
O que é	modificado em 28/09/2015 às 15:36 Altera a Lei nº 8.080/90, para estabelecer tarifa social no valor de 30% da tarifa para o mesmo trecho praticada pela empresa concessionária do serviço de transporte aéreo doméstico regional no dia da aquisição, a ser utilizada no atendimento de passageiros carentes, beneficiários do Programa Bolsa Família, priorizando o atendimento daqueles que necessitem do transporte aéreo para terem acesso a melhores condições de atendimento médico, obrigando a empresa concessionária a reservar um número mínimo de 30% dos assentos disponíveis na aeronave para o atendimento proposto.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 15:36 Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na CVT. O PL pode ser arquivado definitivamente. 21/08/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Devolução à CCP

AREA RESTRITA

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 15:36

DIVERGENTE

O projeto propõe a criação de benefício social destinado a passageiros carentes incluídos no Programa Bolsa Família, sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas transportadoras.

Vide comentários ao PL 1.193/1995

AREA RESTRITA

PL 4243/2012

Autor: Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)

Relator: Deputado Milton Monti (PR-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 15:40 gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)
O que é	modificado em 28/09/2015 às 15:40 Estabelece que o transporte aéreo de órgãos, tecidos e partes do corpo humano em aviões de companhias aéreas atuantes em território nacional será gratuito e obrigatório.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 15:40 CD - CVT, aguardando Parecer do Relator Dep. Milton Monti (PR-SP)
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 15:40 DIVERGENTE O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela redução tarifária serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.

PL 4313/2012

Autor: Deputado Professor Victório Galli (PMDB-MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 15:42 Transporte gratuito para idosos carentes Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 15:42 Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tratar sobre a gratuidade para idosos no serviço de transporte aéreo doméstico.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 11:35 18/05/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - O projeto principal (PL 1967/1999) foi devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA).
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 15:42 DIVERGENTE O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por veículo (tarifa zero), já estabelecidas na Lei nº 10.741/03 em benefício dos idosos com renda igual ou inferior

AREA RESTRITA

a dois salários-mínimos, instituindo benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas aéreas transportadoras.

Propõe, portanto, o autor da iniciativa, que seja instituída uma política de cunho assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o pacto social expresso na CF de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressaltando, neste caso, que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores idosos que não sejam carentes.

AREA RESTRITA

PLS 39/2014

Autor: Senador Vital do Rego (PMDB/PB)

Relator: Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 15:44 transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano
O que é	modificado em 28/09/2015 às 15:44 Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 15:44 SF ? Aprovado em 06.07.15. Em 08.07.15 foi remetido a Câmara dos Deputados para revisão
Nossa Posição	<p>modificado em 28/09/2015 às 15:44</p> <p>CONVERGENTE</p> <p>A proposição legislativa estabelece que os órgãos públicos civis, as instituições militares e às empresas públicas ou privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, são obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, devendo reservar espaço adequado à acomodação do material, na forma do regulamento, bem como uma vaga de passageiro para integrante da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material.</p> <p>Propõe, também, que o transporte em veículo de órgão civil, de instituição militar ou de empresa pública seja feito à título gratuito, mesmo que o estabelecimento de saúde de origem ou de destino do material seja privado e que o realizado por empresa privada seja a título oneroso, respeitados os seguintes critérios: I ? se os estabelecimentos de origem e de destino do material são de natureza privada, o pagamento será feito conforme acordo entre as partes; II ? se o estabelecimento de origem do material é público e o de destino é privado, o pagamento será feito pelo destinatário, conforme acordo entre este e a empresa; III ? independentemente da natureza pública ou privada do estabelecimento de origem, se o destinatário do material é estabelecimento público, o pagamento será feito pelo Sistema Único de Saúde, segundo as normas aplicáveis à contratação de serviços pelo Sistema.</p> <p>Por fim, permite a gratuidade do transporte concedida por cortesia da empresa, vedada contrapartida ou compensação de qualquer natureza por parte da União.</p> <p>O PLS é adequado e atende o interesse público.</p>

AREA RESTRITA

PL 556/2015

Autor: Deputado Felipe Bornier (PDS/RJ)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco	<p>modificado em 28/09/2015 às 15:48</p> <p>tarifa especial para menor de dois anos</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver CD)</p>
O que é	<p>modificado em 28/09/2015 às 15:48</p> <p>Estabelece que no transporte doméstico de crianças com menos de dois anos de idade não poderá ser aplicada tarifa maior do que o equivalente a dez por cento da tarifa de adulto, desde que não ocupem assento e estejam ao colo de um passageiro com mais de doze anos de idade.</p>
Situação	<p>modificado em 28/09/2015 às 15:48</p> <p>CD ? Mesa, pronta para Pauta no plenário.</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 28/09/2015 às 15:48</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL estabelece restrição ao princípio da liberdade tarifária assegurado às empresas transportadoras no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, interferindo na livre formação de preços no mercado, responsável pelo êxito do modelo tarifário atualmente em vigor, que resultou em forte redução no preço médio das passagens aéreas.</p>

AREA RESTRITA

PL 670/2015

Autor: Deputado William Woo (PV/SP)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco

modificado em 28/09/2015 às 16:03

Assegurar que pranchas de surf não sejam classificadas como bagagem especial, para efeito de transporte dentro do limite de peso da franquia de bagagem.

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

O que é

modificado em 28/09/2015 às 16:03

Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para enquadrar a prancha de surf entre os itens da franquia de bagagem.

Situação

modificado em 28/09/2015 às 16:03

CD - CVT - Aguardando Parecer do Relatora Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

13/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Designado Relator, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 16:03

DIVERGENTE

O PL estabelece restrição ao princípio da liberdade tarifária assegurado no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, contrariando inclusive as praticas internacionais que recomendam que qualquer objeto de uso pessoal do passageiro, inclusive material esportivo que não se enquadre dentro das especificações de tamanho estabelecidas pela International Air Transport Association ? IATA, deve ser considerado ?bagagem especial? e, portanto, excluído do regime da franquia de bagagem, que pressupõe uma relação entre peso e volume do objeto a ser transportado.

PL 1235/2015

Autor: Deputado Deley (PTB/RJ)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco

modificado em 28/09/2015 às 16:06

Passe livre para pessoas portadoras de deficiência que sejam carentes

Árvore de apensados e outros documentos da matéria. Apensado ao PL 1967/1999

O que é

modificado em 28/09/2015 às 16:06

Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para conceder passe livre e assento às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual e nas companhias aéreas.

AREA RESTRITA

Situação

modificado em 28/09/2015 às 16:06

CD ? Mesa. Apensado

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 16:06

DIVERGENTE

O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, obrigando as empresas a financiarem com recursos próprios os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tais custos serão suportados exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

Como justificativa, sustenta que a adoção da medida é compatível com a nova Constituição, que reconhecendo a penosa situação em que se encontram os deficientes físicos, estabeleceu no art. 227, § 1º, inciso II, a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de todas as formas de discriminação?. Esqueceu-se, todavia, o nobre parlamentar, de esclarecer na justificativa do PL que a providência requerida no inciso II do § 1º do art. 227 da CF, por ele transcrito, cabe ao Estado, nos termos estabelecidos no § 1º do mesmo artigo, verbis: ?§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não-governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:?.

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º).

Todavia a mesma Constituição autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressaltando, neste caso, que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não atende os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, caso convertida em lei, implicará em aumento nos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores.

AREA RESTRITA

PLP 20/2003

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Relator: Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:10 ICMS sobre querosene de aviação Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:10 Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.?
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:10 CD ? 06/02/2015 ?Desarquivado. Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:10 CONVERGENTE O PLP 20/03 altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, para permitir que o ICMS possa ser cobrado mediante incidência monofásica, mesmo ocorrendo operação interestadual. Ao PLP 20/03 foi apensado o PLP 25/03, com idêntica finalidade. Tanto o projeto principal, como o apensado, cumpre com perfeição a norma de definição dos combustíveis e lubrificantes sujeitos à cobrança unifásica, nos termos exigidos pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, que alterou as normas do ICMS para permitir a referida incidência monofásica. Ambos os PLPs incluem o querosene de aviação na extensa lista dos combustíveis sujeitos à incidência monofásica, o que poderá permitir redução nos preços dos tributos incidentes.

PL 3046/2011

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Relator: Deputado Raul Lima (PP/RR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:12 desoneração tributária Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:12 Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 11:31 16/09/2015 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL) - Encerrado o

AREA RESTRITA

prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

03/09/2015 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 04/09/2015).

02/09/2015 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL) - Parecer do Relator, Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 16:12

CONVERGENTE

O PL acrescenta ao art. 1º da Lei nº 7.920/89, novo § 2º, para isentar do pagamento do ATAERO incidente sobre a tarifa de embarque internacional, o passageiro de voo destinado a países do Mercosul.

Trata-se de medida oportuna que trará benefício econômico aos passageiros que embarcam no Brasil com destino países do MERCOSUL ou a países a ele associados, incrementando o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuindo para o processo de integração regional.

AREA RESTRITA

PL 5569/2013

Autor: Deputado Alexandre Leite (DEM/SP)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:14 desoneração tributária Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:14 Altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, retirando a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide sobre a importação e comercialização no mercado interno de gasolina e querosene de aviação.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:14 CD - CVT: em 15/04/2015 a Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD 29/04/2015, já tendo o PL parecer favorável do Dep. Alexandre Toledo. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT)
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:14 CONVERGENTE O PL propõe a desoneração dos combustíveis de aviação, para assegurar às empresas brasileiras melhores condições de competição com suas congêneres estrangeiras, tornando definitiva a não-incidência da Cide sobre os combustíveis em tela. Trata-se de medida oportuna que trará benefícios aos consumidores em razão da provável redução dos preços das passagens aéreas decorrente da desoneração fiscal proposta

PEC 140/2012

Autor: Deputado Assis Carvalho (PT/PI)

Relator: Deputado Ricardo Berzoini (PT-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:17 Incidência de IPVA sobre aeronaves Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:17 Altera o inciso III do art. 155 da Constituição Federal para determinar que seja o imposto incidente sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:17 CD - Mesa Aguardando constituição de Comissão Temporária

AREA RESTRITA

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 16:17

DIVERGENTE

Projeto apensado à PEC 283/2013, com parecer do Relator, Deputado Ricardo Berzoini, pela admissibilidade. A PEC 283/2013 prevê a incidência do IPVA sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos, porém exclui da tributação os veículos aquáticos e aéreos de uso comercial, destinados à pesca e ao transporte de passageiros e de cargas. Neste caso, a justificativa para exclusão de aeronaves comerciais é que as mesmas se destinam a uso coletivo, enquanto as demais a uso privado.

Trata-se de mais uma iniciativa irracional de aumento de tributos, porquanto as embarcações e aeronaves já são sujeitas ao pagamento de substanciais contribuições, taxas e tarifas pelo uso dos meios aquaviários e do espaço aéreo.

AREA RESTRITA

PL 2131/1989

Autor: Deputado Francisco Amaral (PMDB/SP)

Relator: Deputado Paulo Paim (PT/SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:19 Repouso do aeronauta Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:19 Estabelece critérios para determinação dos intervalos de repouso correspondente ao trabalho noturno dos tripulantes de aeronaves.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:19 CD - Mesa Diretora, em 06/09/2001. Apensado a este, o PL 5.280, de 2001 SEM NOTA TÉCNICA
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:19 DIVERGENTE A regra atual (art. 36 da Lei nº 7.183/84) estabelece que ?ocorrendo o regresso de viagem de uma tripulação simples entre 23:00 (vinte e três) e 06:00 (seis) horas, tendo havido pelo menos 3 (três) horas de jornada, o tripulante não poderá ser escalado para trabalho dentro desse espaço de tempo no período noturno subsequente?.
	 O projeto de lei objetiva alterar o atual critério de determinação dos intervalos de repouso dos aeronautas, abrangendo qualquer tipo de tripulação ou serviço, para estabelecer que ?tendo transcorrido pelo menos 3 (três) horas de jornada que incluam tempo de voo e/ou de serviço de reserva, de trânsito (permanência no solo entre etapas) ou tempo de instrução dentro do período de 23h às 6h, serão observados os seguintes critérios: a) o intervalo mínimo de repouso entre jornada de até 12 (doze) horas será acrescido de 3 (três) horas; b) na base domiciliar. o aeronauta não poderá ser escalado para nova jornada que inclua trabalho ou instrução no período subsequente entre 23h e 6h.?
	 Inobstante ser relevante a preocupação do legislador em assegurar repouso adequado ao aeronauta, a intervenção estatal na relação entre capital e trabalho não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam, efetivamente, a necessidade e o interesse das partes.

PL 3298/1989

AREA RESTRITA

Autor: Deputado Floriceno Paixão (PDT/RJ)

Relator: Deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RS)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:21 dispensa do serviço para aeronauta
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:21 Introduz dispositivos na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:21 CD - Pronta para Pauta no PLENÁRIO desde 11/04/1994. SEM NOTA TECNICA
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:21 DIVERGENTE O PL propõe nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.183/84, interferindo na relação entre empresas aéreas e aeronautas, para estabelecer critérios quanto às inspeções periódicas de saúde e ampliar direitos e trabalhistas no que se refere à demissão e ao controle de moléstias adquiridas durante a permanência fora da base domiciliar. A proposta de intervenção estatal na relação entre as empresas aéreas e aeronautas não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam, efetivamente, a necessidade e o interesse das partes.

AREA RESTRITA

PL 4477/1989

Autor: Deputado Jose Maria Eymael (PDC/SP)

Relator: Deputado Vilmar Rocha (PFL/GO)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:23 Instalação de poltrona e beliche para descanso de tripulantes Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:23 Modifica a Lei nº 7.183/84, para determinar a instalação de poltrona e beliche para descanso de tripulantes a bordo de aeronaves.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:23 CD - Pronta para Ordem do Dia, em 20/02/1994. SEM NOTA TECNICA
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:23 DIVERGENTE O PL propõe nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.183/84, para assegurar às tripulações compostas a utilização, em turnos de rodízio, quantidade de poltronas reclináveis igual à metade do número de comissários e quantidade de beliches igual à metade do número dos demais tripulantes em vôos internacionais, e de poltronas reclináveis, nos vôos domésticos. Em ambos os casos quando o número de tripulantes for ímpar, a quantidade de poltronas e/ou de beliches será igual à metade do seu número, com aproximação para o inteiro superior. O autor justificatifica à iniciativa alegando que a finalidade da mesma é estabelecer condições mínimas que tornem possível o sistema de turnos de rodízio a bordo.

As condições de trabalho dos aeronautas já atendem as recomendações previstas em atos e acordos internacionais de que participa o Brasil, assim como as aeronaves já são construídas e configuradas para atender tais peculiaridades. A alteração das regras, com a criação de situação única e singular aplicável somente no Brasil, implica em trazer insegurança jurídica às empresas aéreas e perda de competitividade perante suas congêneres estrangeiras, além do que implicará em reconfiguração de toda a frota aérea nacional engajada no transporte internacional, cujas aeronaves são fabricadas e homologadas no exterior e no Brasil, implicando em milhões de dólares de investimentos e no brutal aumento dos custos das passagens aéreas, podendo inviabilizar suas atividades.

PL 4999/1990

Autor: Senador Roberto Saturnino (PDT-RJ)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

AREA RESTRITA

Foco	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p> <p>Adicional de periculosidade para os aeroviários Obs.: origem no Senado Federal (PLS 320/85) Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p> <p>Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica.</p>
Situação	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p> <p>CD - Mesa Diretora, em 09/05/1996: aguarda deliberação de recurso que solicita apreciação pelo Plenário. Está na relação de PLs que o Plenário pode apreciar para exame do recurso.</p> <p>23/06/2015 - Aprovado o Recurso n. 70/1996. A matéria virá à pauta do Plenário oportunamente.</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL tem por finalidade assegurar a percepção do adicional de insalubridade, em valor correspondente ao grau médio, os trabalhadores da categoria dos aeroviários que exercem as seguintes funções: a) recepcionistas; b) despachantes operacionais de vôo; c) despachantes (técnico de tráfego e de carga); d) conferentes (de carga, de tráfego e de comissaria); e) motoristas; f) tarifeiros; g) escaladores de tripulantes; h) faxineiros de avião, fixos na rampa; i) ajudantes de linha, fixos na rampa; j) chefes de equipe, fixos na rampa; l) motoristas, fixos na rampa; m) auxiliares de supervisor, fixos na rampa; n) supervisores, fixos na rampa; o) apontadores de pista, fixos na rampa; p) coordenadores de manutenção, fixos na rampa; q) mecânicos de manutenção, fixos na rampa; r) funcionários dos hangares de manutenção; e s) funcionários dos hangares de carga.</p> <p>Trata-se de projeto rigorosamente desnecessário, uma vez que a prestação de serviços em ambientes insalubres devidamente caracterizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes já assegura aos trabalhadores o respectivo adicional.</p>

AREA RESTRITA

PL 5865/1990

Autor: Deputado Celio de Castro (PSB/MG)

Relator: Deputado Andre Benassi (PSDB/SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Foco modificado em 28/09/2015 às 16:27
Organização dos quadros de carreira dos aeroviários
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

O que é modificado em 28/09/2015 às 16:27
Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962 (Regulamenta a profissão de Aeroviário).

Situação modificado em 28/09/2015 às 16:27
CD - Plenário, em 25/04/2000: pronto para a Ordem do Dia.

Nossa Posição modificado em 28/09/2015 às 16:27
DIVERGENTE
O PL tem por finalidade ampliar a regulação do exercício da profissão de aeroviário (trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de empresas de transportes aéreos, aeroclubes, escolas de aviação civil, bem como o titular ou não, de licença e certificado, que preste serviço de natureza permanente na conservação, manutenção e despacho de aeronaves.), para impor às empresas que explorem serviços aéreos de qualquer natureza, bem como aos demais empregadores não aeroviários cujos grupos de funcionários do setor de transporte aéreo sejam constituídos de mais de 10 (dez) empregados, a criação de quadros de aeroviários organizados em carreira, a serem devidamente homologados pelo Ministério do Trabalho. Além disto, o projeto fixa regras para a ascensão funcional dos trabalhadores aeroviários e determina a criação de uma comissão paritária, formada por representantes das categorias econômica e profissional indicados por suas entidades sindicais de nível nacional, que terá por atribuição fixar os critérios e os requisitos para a implantação dos quadros de carreira em cada empresa.

A proposta de intervenção estatal na relação entre as empresas aéreas e os aeroviários não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam, efetivamente, a necessidade e o interesse das partes.

PL 7944/2010

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator: Deputado Benjamin Maranhão (SD-PB)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

AREA RESTRITA

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:29 Cria entidade para a gestão dos negócios e trabalho dos aeronautas Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:29 Cria o ?Conselho Especial para Gestão dos Negócios e Trabalho de Aeronautas?, pessoa jurídica de direito privado, entidade não integrante da Administração Pública, a quem competirá a gestão de negócios referentes aos direitos, deveres, recrutamento e aperfeiçoamento de pessoal destinado ao exercício da profissão de aeronauta.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:29 CD - CTASP, Aguardando parecer do relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:29 DIVERGENTE O PL cria, equivocadamente, uma entidade com personalidade jurídica de direito privado. O equívoco está em que uma entidade privada não vinculada à Administração Pública não deve ser criada por lei, mas sim de mediante registro junto aos cartórios e órgãos competentes por parte dos interessados na sua instituição. Além disto, o PL, ao fixar atribuição para a Agência Nacional de Aviação Civil -ANAC, invade matéria cuja iniciativa é reservada, com exclusividade, ao Presidente da República.

AREA RESTRITA

PL 4824/2012

Autor: Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS)

Relator: Deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:32 Estabelecer novas regras trabalhistas para o exercício da profissão de aeronauta Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:32 Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, estabelece regras para o exercício da profissão e revoga a Lei nº 7.183/84 (Estatuto do Aeronauta).
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:32 CD ? CTASP Aguardando Parecer do Relator Dep. Luiz Fernando Faria (PP-MG).
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:32 DIVERGENTE O Substitutivo aprovado na CVT, na forma do parecer do Deputado José Stédile (PSB-RS), altera as regras atuais que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta, em sincronia com proposição idêntica já aprovada no Senado Federal (PLS 434/2011). Vide observações, na página 15. ao PL 8.255/14 (origem PLS 434/2011)

PL 7564/2014

Autor: Deputado Carlos Bezerra (PMDB -MT)

Relator: Deputado José Stédile (PSB-RS)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:35 Aeronautas: adicional de periculosidade Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensado ao PL 4.824/2012
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:35 Concessão de adicional de periculosidade para os tripulantes quando permanecerem dentro da aeronave durante o seu abastecimento.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:35 CD ? Apensado ao PL 4.824/2012
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:35 DIVERGENTE O adicional de periculosidade só é devido quando há o contato do empregado com o agente inflamável em situação de risco acentuado. Esse requisito não se verifica na hipótese do aeronauta que permanece a bordo da aeronave durante seu abastecimento, como reiteradamente vem sendo reconhecido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

AREA RESTRITA

PL 7812/2014

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Foco modificado em 28/09/2015 às 16:38
Criar mais uma profissão nos setores de aviação civil e de infraestrutura aeroportuária
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

O que é modificado em 28/09/2015 às 16:38
Dispõe sobre a profissão de ?Agente de Proteção da Aviação Civil ? APAC?, e dá outras providências.

Situação modificado em 28/09/2015 às 16:38
CD ? CVT, Aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Nossa Posição modificado em 28/09/2015 às 16:38
DIVERGENTE
A proposição prevê a criação e a regulamentação uma nova carreira, denominada de ?Agente de Proteção da Aviação Civil ? APAC?, reservando aos respectivos agentes as seguintes atribuições: I - atuação na inspeção e segurança aeroportuário em conformidade com a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; II - inspeção de segurança a bordo de aeronaves civis, porte e transporte de cargas perigosas, armamento, explosivos, material bélico ou de quaisquer outros produtos, substâncias ou objetos que possam por em risco os tripulantes, passageiros ou a própria aeronave, bem como aqueles que sejam nocivos à saúde; III - atuação nos embarques nacionais, internacionais, terminais de carga e pátios das aeronaves; IV ? operação de aparelhos de raios-X; V - inspeção de bagagens; VI - controle no fluxo de passageiros às áreas de embarque; e VII - controle de funcionários através de credenciais por meio eletrônico.

Propõe, também, o autor do PL, que a carga horária de trabalho de um APAC, seja fixada em seis horas, fixa piso salarial e determina que o exercício da profissão de APAC deva se submeter a prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

As atribuições da carreira que se pretende criar invadem esfera de competência do Estado, a quem cabe exercer, com exclusividade, o poder de polícia e a fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, razão pela qual há vício de iniciativa, uma vez que, ao dispor sobre matéria de competência de órgãos e agências federais, invade esfera de iniciativa reservada ao Presidente da República.

No mérito, o PL é rigorosamente desnecessário, uma vez que as atribuições da carreira proposta já são exercidas por servidores públicos federais e por aeroviários devidamente autorizados (trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de empresas de transportes aéreos e de infraestrutura aeroportuária, cuja profissão é regulada pelo Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962).

AREA RESTRITA

PL 8255/2014

Autor: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Sim

Foco	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>Estabelecer novas regras trabalhistas para o exercício da profissão de aeronauta</p> <p>Árvore de pensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, estabelece novas regras para o exercício da profissão e revoga a Lei nº 7.183/84.</p>
Situação	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>CD ? CVT Aprovado em 08.07.15. o substitutivo da relatora, Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ), com voto em separado do Deputado Nelson Markezelli (PTB/SP). Neste mesmo dia, encaminhado para a CCP (Coordenação de Comissões Permanentes). Encaminhado a CETASP e em 14.07.15, o Presidente Benjamim Maranhão (SD/PB) avocou a relatoria do PL. Em 15.07.15. foi aberto o prazo para emendas ao projeto (05 sessões a partir de 16.07.15.</p> <p>11/08/2015 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O Substitutivo ao PLS 434/2011, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (Relator Senador Paulo Paim ? PT/RS), em deliberação terminativa colhida em dois turnos de votação, alterou a proposição inicial, de autoria do Senador Blairo Maggi (PR/MT), para criar uma nova profissão (tripulante de aeronave) e, por meio deste artifício, estabelecer profunda alteração nas regras que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta, com o objetivo de ampliar a intervenção nas relações entre capital e trabalho, em sentido oposto à necessária priorização da negociação voluntária e descentralizada, que permite um permanente e rápido ajuste às mudanças socioeconômicas em curso.</p> <p>A proposição altera, significativamente, a regulação atual sobre a composição da tripulação, o regime de trabalho (abrangendo escala de serviços, jornadas de trabalho, sobreavisos e reservas, viagens, limites de voo e de pouso, períodos de repouso, folgas periódicas), a remuneração e concessão de benefícios (alimentação, assistência, uniformes e férias), as transferências de residência e a implantação, gerenciamento e fiscalização de programas de controle de risco da fadiga humana, com o indistigável propósito de aumentar a remuneração dos aeronautas.</p> <p>Tais assuntos podem e devem ser resolvidos mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, como autorizado na Constituição Federal. A solução pela via legislativa impede e desestimula a negociação coletiva, que é o melhor caminho para preservar necessidades dos trabalhadores e das empresas</p>

AREA RESTRITA

O impacto do projeto é especialmente relevante para as empresas brasileiras de transporte aéreo regular que terão dificuldades para absorver ou repassar a elevação dos custos trabalhistas para as passagens aéreas e competir em igualdade de condições com suas congêneres estrangeiras no transporte aéreo internacional. O projeto, portanto, pode comprometer o crescimento do mercado de transporte aéreo e a sobrevivência das empresas e dos empregos que geram.

AREA RESTRITA

PL 1025/2015

Autor: Deputado Bruno Covas (PSDB/SP)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:42 Tratamento psicológico gratuito aos aeronautas Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:42 Dispõe sobre a obrigatoriedade da companhia aérea oferecer gratuitamente serviço de acompanhamento psicológico aos pilotos, copilotos e demais empregados.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 16:42 CD - CVT Aguardando Parecer do Relatora Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:42 DIVERGENTE O PL tem por finalidade obrigar as companhias aéreas a oferecer atendimento psicológico gratuito e periódico aos pilotos, copilotos e demais empregados que trabalham como tripulantes nos voos que operam no país. Estabelece também que em caso de inaptidão do funcionário para participação de voos, o profissional de saúde deverá notificar diretamente à companhia aérea empregadora, resguardados os motivos sob sigilo profissional e fixa multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia/funcionário nos casos de descumprimento. As empresas aéreas já cumprem rigoroso e amplo programa de acompanhamento da saúde de seus funcionários, implementado de acordos com normas e recomendações previstas em tratados e acordos internacionais e na legislação aeronáutica brasileira, sendo o PL desnecessário para a aplicação da medida prevista.

PL 6716/2009

Autor: Senador Paulo Otávio (PFL-DF)

Relator: Deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR) - CESP

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:57 Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensados 60 outros projetos de lei
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:57 Altera a Lei nº 7.565/86 (CBA), para ampliar a possibilidade de participação de pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas, no capital das empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, no limite de até 49% do capital com direito a voto.

AREA RESTRITA

Situação

modificado em 30/09/2015 às 11:06

03/09/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2921/2015, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 6.716, de 2009, e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo". Inteiro teor

28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo".

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 16:57

CONVERGENTE

O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.

AREA RESTRITA

PLS 399/2014

Autor: Comissão de Serviços de Infraestrutura do SF

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 16:59 aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo
O que é	modificado em 28/09/2015 às 16:59 Altera o art. 181 da Lei nº 7.565/86, para expandir até o limite de 49% do capital votante a possibilidade de participação de capital estrangeiro nas empresas brasileiras concessionárias de serviço de transporte aéreo público de passageiros.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 14:38 24/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão (PMDB-PB), designa Relator da matéria o Senador Jader Barbalho (PMDB-PA). 23/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria aguardando distribuição. 22/09/2015 - Aprovado o Requerimento nº 1070, de 2015. Passam a tramitar em 14 conjunto as seguintes matérias: PLS 339/2014; PLS 2/2015 e PLS 330/2015. (O PLS 2/2015 e o PLS 330/2015 perdem o caráter terminativo) À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 16/09/2015 - Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.070, de 2015, do Senador Vicentinho Alves, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2014; 2 e 330, de 2015.
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 16:59 CONVERGENTE O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiros de transporte aéreo publico regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.

PLS 02/2015

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Relator: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ?

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 17:02 Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo
O que é	modificado em 28/09/2015 às 17:02 Revoga o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565/86 (CBA) para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo.

AREA RESTRITA

Situação

modificado em 30/09/2015 às 14:39

24/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão (PMDB-PB), designa Relator da matéria o Senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

23/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria aguardando distribuição.

22/09/2015 - Aprovado o Requerimento nº 1070, de 2015. Passam a tramitar em conjunto as seguintes matérias: PLS 339/2014; PLS 2/2015 e PLS 330/2015. (O PLS 2/2015 e o PLS 330/2015 perdem o caráter

15

terminativo) À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16/09/2015 - Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.070, de 2015, do Senador Vicentinho Alves, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2014; 2 e 330, de 2015.

16/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 27ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 24, de 2015-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria. A matéria é retirada de Pauta.

09/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Em reunião realizada em 09/09/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

02/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Juntei o Voto em separado do Senador Randolfe Rodrigues, que conclui pela rejeição do Projeto. Matéria incluída na Pauta da Comissão. A apreciação da matéria foi adiada.

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 17:02

DIVERGENTE

No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e segurança nacionais, o que desaconselha a aprovação do PLS.

AREA RESTRITA

PLS 330/2015

Autor: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Relator: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 17:05 Eliminar a restrição quanto à participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras de transporte aéreo
O que é	modificado em 28/09/2015 às 17:05 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 14:44 24/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão (PMDB-PB), designa Relator da matéria o Senador Jader Barbalho (PMDB-PA). 23/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria aguardando distribuição. 22/09/2015 - Aprovado o Requerimento nº 1070, de 2015. Passam a tramitar em conjunto as seguintes matérias: PLS 339/2014; PLS 2/2015 e PLS 330/2015. (O PLS 2/2015 e o PLS 330/2015 perdem o caráter terminativo) À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 16/09/2015 - Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.070, de 2015, do Senador Vicentinho Alves, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2014; 2 e 330, de 2015. 16/09/2015 - Na 27ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 24, de 2015-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria. A matéria é retirada de Pauta. 09/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e 20 Cidadania - Juntei o Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues que conclui pela rejeição do Projeto. Matéria incluída na Pauta da Comissão. A apreciação da matéria foi adiada. 02/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Em reunião realizada em 02/09/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 17:05

DIVERGENTE

O PLS dá nova redação ao III do art. 181 da Lei nº 7.565/86, para permitir a participação de estrangeiros em metade dos cargos da diretoria executiva de empresas brasileiras de transporte aéreo, ao mesmo tempo em que propõe a revogação do inciso II e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do mesmo artigo, ou seja, revoga a exigência de que pelo menos 4/5 do capital com direito a voto pertença a brasileiros e liberaliza a emissão das respectivas ações.

No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas

AREA RESTRITA

brasileiras, não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e a segurança nacionais, o que desaconselha à aprovação do PLS.

PL 730/2007

Autor: Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

Relator: Deputado Maãsal Filho (PMDB-MS)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Foco

modificado em 28/09/2015 às 17:23
Requisitos para divulgação de assentos com tarifas promocionais
Árvore de pensados e outros documentos da matéria

O que é

modificado em 28/09/2015 às 17:23

Acrescenta artigo à Lei nº 7.565/86 (CBA), para obrigar as empresas aéreas a divulgarem, na sua publicidade, a quantidade de assentos oferecidos com tarifas promocionais em cada voo (tarifas praticadas com preço reduzido, de caráter temporário, com período definido de início e de término de venda e de utilização, válidas em voos pré-selecionados) e a informarem, previamente, ao Departamento de Aviação Civil, para cada promoção, o período de vendas, a quantidade de assentos disponibilizados em cada voo, o preço da tarifa, o período de validade da promoção e demais regras tarifárias.

Situação

modificado em 28/09/2015 às 17:23
CD ? 05/03/2015 ? Desarquivado. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ? CCJC

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 17:23
DIVERGENTE
As exigências previstas na proposição legislativa consubstanciam indevida interferência no setor privado e contém potencial efetivo para distorcer os mecanismos de mercado, com prejuízo para a livre concorrência e a competitividade das empresas aéreas brasileiras perante suas congêneres estrangeiras.

Além disto, tais exigências são insuscetíveis de serem cumpridas, uma vez que as promoções tarifárias refletem, a cada momento, o resultado entre a oferta e a demanda por assentos, o que pode ocorrer até minutos antes do horário estabelecido para o voo.

A interferência, portanto, nos mecanismos de mercado (lei da oferta e da procura) é desastrosa, impedindo que a interação entre as empresas e os passageiros seja eficiente, tendo como resultado níveis adequados de quantidade e preços.

VER PLS 3568/2008

AREA RESTRITA

PLS 537/2009

Autor: Senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG)

Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 17:25 assistência ao passageiro portador de necessidade especial.
O que é	modificado em 28/09/2015 às 17:25 Altera a Lei nº 7.565/86, para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 17:25 SF - CCJ, em 11/03/2015, relatório do Senador Eduardo Amorim, pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CI.
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 17:25 DIVERGENTE, COM RESSALVA O PL repete exigência prevista na legislação que regulamenta os direitos e interesses das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sendo enfático quanto à obrigatoriedade do fornecimento de equipamentos de elevação nos embarques ou desembarques de passageiros realizados diretamente no pátio ou em posições remotas. Todavia não prevê a quem caberá a responsabilidade pela aquisição, manutenção e disponibilização de tais equipamentos nos aeroportos, apenas delegando a matéria para disciplina em regulamentação específica, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. A proposta submete a responsabilidade da implantação do sistema à discricionariedade dos gestores públicos. Melhor seria atribuí-la às administrações aeroportuárias, a quem cabe a responsabilidade do embarque e desembarque de passageiros.

PL 7982/2010

Autor: Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)

Relator: Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco	modificado em 28/09/2015 às 17:27 Oferta de alternativas quando do impedimento do oferecimento do serviço Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 28/09/2015 às 17:27 Determina que as empresas de transporte ofereçam alternativas aos usuários quando do impedimento do oferecimento do serviço.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 17:29 11/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 17:27

DIVERGENTE

A proposição prevê que quando o passageiro ficar impedido de se deslocar para o destino que deseja, por deficiência do transporte que contratou, seja aéreo, terrestre ou marítimo, terá perante a empresa que lhe vendeu a passagem o direito de requerer outro meio de transporte para chegar ao local pretendido, o que será providenciado por aquela que assumirá a responsabilidade pelas consequências do não cumprimento dessas medidas.

Em que pese à boa intenção do autor do projeto, a proposição é desnecessária, uma vez que a situação que se pretende regular já estar contemplada no art. 741 do Código Civil, verbis: ?Art. 741. Interrompendo-se a viagem por qualquer motivo alheio à vontade do transportador, ainda que em consequência de evento imprevisível, fica ele obrigado a concluir o transporte contratado em outro veículo da mesma categoria, ou, com a anuência do passageiro, por modalidade diferente, à sua custa, correndo também por sua conta as despesas de estada e alimentação do usuário, durante a espera de novo transporte.? Além disto, em quase todas as normas legais e regulamentares aplicáveis aos diferentes tipos de transporte existe a previsão de o transportador contratual responsabilizar-se, direta ou indiretamente, pela conclusão da viagem, sempre às suas expensas, tal como ocorre no modal aéreo (arts. 229 e segs. do CBA).

AREA RESTRITA

PLS 278/2011

Autor: Senadora Ângela Portela (PT/RR)

Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p> <p>Proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo. Obs.: tramita em conjunto o PLS 609/11</p>
O que é	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p> <p>Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.</p>
Situação	<p>modificado em 30/09/2015 às 14:24</p> <p>17/09/2015 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - Ao Senhor Senador Jorge Viana (PT/AC) para relatar.</p> <p>15/09/2015 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - Devolvido pelo Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE) para redistribuição.</p> <p>Matéria aguardando designação de relator.</p> <p>23/06/2015 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - Matéria devolvida ao Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), para reexame.</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>A matéria objeto da proposição legislativa já foi disciplinada pelas Resoluções nºs 138, 140 e 141, todas de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõem sobre as condições gerais de transporte e comercialização de bilhetes e dão outras providências. O PLS, portanto é desnecessário, devendo prevalecer o parecer do Senador Eduardo Amorim, que opina pela rejeição do PLS, pelas razões ali constantes.</p>

AREA RESTRITA

PLS 466/2011

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Foco	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:33</p> <p>Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência</p> <p>Obs.: Tramita em conjunto PLS 259/2012</p>
O que é	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:33</p> <p>Altera a Lei nº 10.048/00, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos, aéreo, terrestre e aquaviário.</p>
Situação	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:33</p> <p>SF - SSCLSF, em 05/05/2015: aguarda inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 433, do Senador Eduardo Amorim</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:33</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>A matéria objeto da proposição legislativa já foi amplamente disciplinada pela Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. O descumprimento dessas normas sujeita as empresas a sanções impostas pela Agência, a quem cabe reprimir infrações à legislação, inclusive quanto aos direitos dos usuários, bem como aplicar as sanções cabíveis (Lei nº 11.182, de 2005, art. 8º, inciso XXXV).</p> <p>A Resolução da ANAC assegura a todos os passageiros com necessidade de atendimento (pessoa com deficiência, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, gestante, lactante, pessoa acompanhada por criança de colo, pessoa com mobilidade reduzida ou qualquer pessoa que por alguma condição específica tenha limitação na sua autonomia como passageiro) os mesmos serviços que são prestados aos usuários em geral, porém em condições de atendimento prioritário em todas as fases da viagem.</p> <p>Trata-se, portanto, de projeto desnecessário, uma vez que a matéria nele prevista já foi objeto de regulamento de execução baixado pela ANAC.</p>

AREA RESTRITA

PLS 281/2012

Autor: Senador JosÃ© Sarney (PMDB-AP)

Relator: Senador Ricardo FerraÃ§o (PMDB-ES)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Foco	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>Moderniza o Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>Obs. Tramita em conjunto com PLS 283/2012</p>
O que é	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>PLS 281/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico;</p> <p>PLS 283/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.</p>
Situação	<p>modificado em 30/09/2015 às 14:27</p> <p>08/09/2015 - Encaminhado à publicação o Parecer nº 698, de 2015 ? CCJ, Relator Senador Ricardo Ferraço, pela aprovação dos PLS 281/2012 e 283/2012, com acolhimento das emendas nº 35 e 44 (rejeição das emendas nº 33 e 34). 02/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 23ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Ricardo Ferraço, que passa a constituir o Parecer da CCJ favorável ao PLS 281/2012, nos termos da Emenda nº 36-CCJ (Substitutivo), e ao PLS 283/2012, nos termos da Emenda nº 45-CCJ (Substitutivo), e: - pelo acolhimento da Emenda nº 35 ao PLS 281/2012 e da Emenda nº 44 ao PLS 283/2012; - pela rejeição das Emendas nº 33 e 34 ao PLS 281/2012; - pela prejudicialidade dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 6/2011, PLS 271/2011, PLC 106/2011, PLS 439/2011, PLS 222/2012 e PLS 371/2012; - com voto contrário aos seguintes projetos de lei anexados: PLS 458/2012 e PLS 277/2013; -</p> <p>5</p> <p>pelo acolhimento das ideias básicas, que passam a integrar os Substitutivos, dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 197/2012, PLS 394/2013 e PLS 509/2013; e - pelo desapensamento dos seguintes projetos: PLS 65/2011, PLS 452/2011, PLS 460/2011, PLS 463/2011, PLS 470/2011, PLS 97/2012, PLS 209/2012, PLS 397/2012, PLS 413/2012, PLS 457/2012, PLS 459/2012, PLS 464/2012, PLS 24/2013 e PLS 392/2013. Aprovado o Requerimento nº 19, de 2015-CCJ, de urgência para matéria. À SCLSF, para prosseguimento da tramitação. 26/08/2015 - CCJ</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>CONVERGENTE</p> <p>No que se refere especificamente ao transporte aéreo regular, o Substitutivo, apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, é adequado ao setor, porque preserva a competência da ANAC para regulamentar a matéria, nos seguintes termos:</p> <p>Art. 49-A. Sem prejuízo do direito de rescisão do contrato de transporte aéreo antes de iniciada a</p>

AREA RESTRITA

viagem (art. 740, § 3º, do Código Civil), o exercício do direito de arrependimento do consumidor de passagens aéreas poderá ter seu prazo diferenciado em virtude das peculiaridades do contrato, por norma fundamentada das agências reguladoras.

Parágrafo único. A regulamentação prevista no caput deverá ser realizada no prazo máximo de cento e oitenta dias após a entrada em vigor.?

Não mérito, portanto, não restrição quanto à aprovação do projeto.

PL 3249/2012

Autor: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 28/09/2015 às 17:42 atendimento prioritário
O que é	modificado em 28/09/2015 às 17:42 Altera a Lei nº 10.048, de 2000, que 'dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências', para determinar atendimento prioritário e reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida?.
Situação	modificado em 28/09/2015 às 17:42 CD ? pronto para apreciação pelo Plenário. Em 30.03.15 foi apresentado o Requerimento do Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB) que ?Solicita inclusão na Ordem do Dia do PLS3.249/12?.
	01/04/2015 - Pronto para apreciação pelo Plenário, com prioridade.
Nossa Posição	modificado em 28/09/2015 às 17:42 CONVERGENTE O PL prevê atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou obesidade mórbida, aos idosos com idade superior a 60 anos e às gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Determina, também, a reserva de assentos especiais para as mesmas pessoas, devidamente identificados, assim como a reserva de 2 (dois) assentos contíguos destinados a pessoas com obesidade mórbida.

A iniciativa determina providências já adotadas pelas empresas de transporte aéreo.

AREA RESTRITA

PL 4015/2012

Autor: Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT)

Relator: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Foco	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>Regular programas de milhagens</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>Proíbe a prescrição do direito do participante de programas de milhagem aos pontos acumulados junto a qualquer empresa, bem como a fixação, pelo fornecedor, de prazos de validade ou expiração, facultando esta quando os pontos não forem utilizados, nos casos de encerramento da conta pelo consumidor e com anuência expressa do mesmo para esse fim, determinando a aplicação de sanções administrativas e penais aos infratores, além de estabelecer que os pontos devem reverter à conta do consumidor e creditar o dobro dos pontos prescritos ou expirados.</p>
Situação	<p>modificado em 30/09/2015 às 11:33</p> <p>08/09/2015 - Remessa ao Senado Federal. Inteiro teor</p> <p>01/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovada a Redação Final.</p> <p>26/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator da 15</p> <p>Redação Final, Dep. Efraim Filho (DEM-PB). Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB). Inteiro teor</p> <p>19/08/2015 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.</p> <p>07/08/2015 - Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 10/08/2015)</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL interfere, indevidamente, na relação contratual estabelecida entre a empresa transportadora e os seus passageiros, uma vez que os programas de fidelidade são oferecidos como forma de premiar ou bonificar os usuários pela compra de produtos ou serviços, cabendo a eles, voluntariamente, aderir ou não ao programa.</p> <p>A intervenção do Estado a pretexto de proteger interesses dos usuários, na forma e nas condições propostas, afetar o equilíbrio econômico-financeiro dos programas de fidelidade, desestimulando as empresas de investir no lançamento de novos programas, podendo implicar na redução e extinção de benefícios atualmente assegurados, em detrimento dos próprios consumidores.</p>

PL 4785/2012

Autor: Senadora Ana Amália (PP/RS)

Relator: aguarda designação

AREA RESTRITA

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:49</p> <p>Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação</p> <p>Obs.: com origem no PLS 24/12. Árvore de apensados e outros documentos da matéria. Apensado ao PL 6716/2009</p>
O que é	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:49</p> <p>Altera o art. 228 da Lei n. 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro.</p>
Situação	<p>modificado em 30/09/2015 às 11:58</p> <p>03/09/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2921/2015, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 6.716, de 2009, e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo".</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:49</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) desse valor, aplicandodo-se a mesma taxa no caso de remarcação de voo.</p> <p>A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das suas passagens aéreas.</p>

AREA RESTRITA

PLS 22/2013

Autor: Senadora Ângela Portela (PT-RR)

Relator: Senador Jorge Viana (PT-AC)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 09:53

Reembolso de passagem aérea e parâmetros para evitar manipulação de tarifas

O que é

modificado em 29/09/2015 às 09:53

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), e a Lei nº 12.529, 30 de novembro de 2011 (Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica), para proteger direitos dos usuários do transporte aéreo e dispor sobre infrações econômicas na exploração de linhas aéreas.

A iniciativa propõe o acréscimo de artigo ao Código do Consumidor, para assegurar ao passageiro de transporte aéreo o reembolso do valor pago, acrescido de multa equivalente ao valor da tarifa cheia, em caso de cancelamento de viagem pela empresa aérea; - a atribuição de competência para a Secretaria de Acompanhamento Econômico para ?propor a revisão da autorização para exploração de linha aérea em caso de manipulação de tarifas ou de parâmetros operacionais do serviço com vistas à dominação dos mercados ou à eliminação da concorrência; - a equiparação da ?desistência ou a suspensão, ainda que parcial, da exploração de linha aérea autorizada sem prévia comunicação à autoridade aeronáutica? à infração da ordem econômica caracterizada pela cessação parcial ou total das atividades de empresa sem justa causa comprovada; e a proibição de que empresa que desista de linha aérea possa voltar a explorá-la em prazo inferior a dois anos.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 09:53

SF ? CMA, aguardando parecer do Senador Jorge Viana (PT/AC)

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 09:53

DIVERGENTE

A proposição contém regras extravagantes às normas gerais das leis que pretende alterar.

As normas do CDC, por serem de aplicação geral, não individualizam setor da economia. Além disto, dispõe sobre assunto já regulado no CBA e na Lei Geral de Concessões, contrariando a vedação contida no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95/98 (dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o art. 59 da Constituição Federal), que proíbe que o mesmo assunto seja disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Além disso, o projeto não prevê a exclusão da responsabilidade administrativa ou civil da empresa transportadora na hipótese do cancelamento de voo resultar de caso fortuito, força-maior, fato da Administração ou qualquer outra circunstância imprevista ou imprevisível, implicando em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas.

AREA RESTRITA

PLS 313/2013

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

Relator: Senador Valdir Raupp (PMDB-RR)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 29/09/2015 às 09:55 Estabelecer direitos básicos para o usuário de transporte aéreo (consumidor)
O que é	modificado em 29/09/2015 às 09:55 Altera o art. 6º da Lei nº 8.078/90, para estabelecer que são direitos básicos do consumidor de serviço de transporte aéreo de passageiros: (1) na oferta de venda de passagem aérea, ser informado acerca do número de assentos da aeronave por categoria tarifária; (2) ter informação clara e precisa sobre o preço total do bilhete inclusive as tarifas aeroportuárias, e sobre todas as restrições impostas ao bilhete ofertado; (3) pagar multas em razão de cancelamento ou remarcação de bilhete em valores não abusivos; (4) justa e ampla indenização por danos morais e materiais em razão de cancelamento de voo pela empresa aérea; (5) justa e ampla indenização por danos morais e materiais em razão de extravio de bagagem na viagem; (6) ser reembolsado dos valores pagos por bilhete de passagem não utilizado, em no máximo trinta dias após a data do voo, sob pena de multa de cem por cento sobre o valor devido; e (7) exigir que as demais empresas aéreas que operem o mesmo trecho aéreo assumam a prestação dos serviços de transporte de passageiros em caso de súbita paralisação de atividades pela empresa aérea contratada.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 09:55 SF ? CMA matéria devolvida ao relator, Senador Valdir Raupp (PMDB-RR), com relatório pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 09:55 DIVERGENTE O assunto já está regulamentado nos arts. 222 a 234 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e em resoluções expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, razão pela qual a inclusão do mesmo na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contraria o disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95/98, uma vez que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. Além disto, a alteração proposta é dirigida exclusivamente ao setor de aviação civil, em contrariedade ao caráter geral das normas do CDC, que se aplicam a todos os setores da economia, sem distinção. Ademais, a proposição é desnecessária, uma vez que a Resolução nº 141, de 2010, da ANAC, tem logrado êxito em proteger os passageiros nas situações abarcadas pelo PLS.

AREA RESTRITA

PLS 381/2013

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relator: Senador Donizeti Nogueira (PT/TO)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 09:57
	Atendimento do passageiro com necessidade de assistência especial
O que é	modificado em 29/09/2015 às 09:57
	Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre o atendimento do passageiro com necessidade de assistência especial.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 09:57 SF - CDH, em 09/03/2015, designado Relator, Senador Donizeti Nogueira
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 09:57 DIVERGENTE A matéria objeto da proposição legislativa já foi amplamente disciplinada pela Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. O descumprimento dessas normas sujeita as empresas a sanções impostas pela Agência, a quem cabe reprimir infrações à legislação, inclusive quanto aos direitos dos usuários, bem como aplicar as sanções cabíveis (Lei nº 11.182, de 2005, art. 8º, inciso XXXV). A Resolução da ANAC assegura a todos os passageiros com necessidade de atendimento (pessoa com deficiência, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, gestante, lactante, pessoa acompanhada por criança de colo, pessoa com mobilidade reduzida ou qualquer pessoa que por alguma condição específica tenha limitação na sua autonomia como passageiro) os mesmos serviços que são prestados aos usuários em geral, porém em condições de atendimento prioritário, em todas as fases de sua viagem, durante a vigência do contrato de transporte aéreo, observadas as suas necessidades especiais de atendimento, incluindo o acesso às informações e às instruções, às instalações aeroportuárias, às aeronaves e aos veículos à disposição dos demais passageiros do transporte aéreo

PL 6484/2013

Autor: Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 29/09/2015 às 09:59 Regular programa de milhagem
-------------	---

AREA RESTRITA

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

O que é

modificado em 29/09/2015 às 09:59

Regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 09:59

CD ? CVT, aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 09:59

DIVERGENTE

O PL promove indevida intervenção, restringindo a livre organização e gestão [pelas empresas aéreas] de programas de bonificações e prêmios aos seus consumidores, que, certamente, implicará no desestímulo a investimentos em novos programas e até mesmo na manutenção dos atuais, podendo vir a prejudicar os próprios consumidores.

AREA RESTRITA

PLS 394/2014

Autor: Senador Ricardo FerraÃ§o (PMDB/ES)

Relator: aguarda designar

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:01 Permitir a transferência de passagem aérea de uma pessoa para outra
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:01 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro da Aeronáutica), para possibilitar a transferência de bilhete aéreo entre passageiros.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:01 SF- CCJ, em 15/03/2015, aguardando designação de relator
Nossa Posição	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:02</p> <p>CONVERGENTE</p> <p>O PLS propõe a inclusão de mais um artigo no CBA (art. 228-A) para estabelecer que "o bilhete é pessoal e poderá ser transferido, de uma pessoa a outra, sujeitando-se, exclusivamente, às regras e restrições que o transportador lhe impuser, bem como às exigências estipuladas pela autoridade aeronáutica com relação à identificação de passageiro." O objetivo é a criação de mais um instrumento de competição e diferenciação de produtos entre as empresas aéreas, injetando maior concorrência entre as mesmas.</p> <p>Na atualidade, a transferência é vedada pelo art. 11 da Resolução nº 138, de 09 de março de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC (dispõe sobre as condições gerais de transporte atinentes à comercialização e à características do bilhete de passagem e dá outras providências).</p> <p>Argumenta o autor da proposição que a discussão sobre a vedação se cinge, basicamente, a dois aspectos: segurança pública e mercado secundário.</p> <p>Esclarece que o primeiro aspecto consiste na necessidade do estrito controle sobre a identificação dos passageiros, de modo a garantir a segurança dos passageiros e demais pessoas em trânsito no aeroporto, bem como evitar fraudes ideológicas, daí porque o PLS delega para a autoridade aeronáutica expedir regulação sobre os mecanismos de controle da identidade do passageiro.</p> <p>Quanto ao segundo aspecto, observa que o mesmo se refere à possibilidade de surgimento de um mercado paralelo ou secundário de vendas de bilhetes aéreos, argumentando que a liberalização da transferência poderia implicar em estímulo para a compra antecipada de passagens aéreas promocionais e venda posterior venda a um preço majorado, com obtenção de lucro em face do mercado primário operado pelas companhias aéreas. Para evitar práticas indesejáveis, propõe que seja assegurada às empresas transportadoras a faculdade de definir regras e estabelecer restrições que impeçam ou desestimulem um possível mercado secundário.</p>

AREA RESTRITA

PLS 395/2014

Autor: Senador Wilder Moraes (DEM/GO)

Relator: Senador Benedito de Lira (PP/PI)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:05 Acessibilidade às aeronaves das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:05 Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências, para obrigar as empresas aeroviárias a possuir rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxílio no embarque e desembarque de deficientes físicos.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:05 SF ? CCJ, aguardando parecer do relator, Senador Benedito de Lira.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 10:05 CONVERGENTE, COM RESSALVA A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo foi regulamentada pela ANAC, por meio da Resolução 280/2013, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências? No regulamento foi atribuída ao operador aeroportuário a responsabilidade de prover o aeroporto, até dezembro de 2015, com os equipamentos necessários ao embarque e desembarque das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Em vista disso, e considerando que a agência reguladora já adotou a regulação objeto da proposição legislativa, torna-se desnecessário a conversão do projeto em lei.

AREA RESTRITA

PDC 49/2015

Autor: Deputado Celso Russomano (PRB/SP)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:08 Reembolso de tarifas promocionais nos casos de desistência da viagem ou não comparecimento ao embarque
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:08 Susta o § 2º do art. 7, da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, que regulamenta o reembolso de bilhete aéreo adquirido mediante tarifa promocional.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:08 CD ? CREDN Pronta para Pauta na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 10:08 DIVERGENTE O § 2º do art. 7º da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelece que o reembolso de bilhete adquirido mediante tarifa poromocional obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação? A norma regulamentar é compatível com o princípio da liberdade tarifária estabelecido no art. 49 da Lei nº 11.182/85, que assegura às empresas estabelecer livremente os valores das suas tarifas e as regras de reembolso, previamente informadas e aceitas pelos passageiros quando da aquisição das suas passagens. A sustação da norma regulamentar em vigor implicará em desestímulo às empresas quanto à oferta de tarifas promocionais, com prejuízo para os próprios consumidores, além de implicar em prejuízo para a segurança jurídica.

PLS 101/2015

Autor: Senador Reguffe (PDT/DF)

Relator: Senador Aluysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:10 Fixa sanção para os casos de cancelamento, interrupção ou atraso de voo
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:10 Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre obrigações das empresas aéreas em indenizar os valores pagos aos passageiros/consumidores, nos casos de atraso e cancelamento de voo, sem o prejuízo das demais disposições legais acerca dos danos morais e

AREA RESTRITA

materiais sofridos.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 10:10

DIVERGENTE

O PLS prevê que em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, o valor do bilhete de passagem, se o passageiro assim o preferir. Determina, também, o pagamento de indenização ao passageiro, a título de compensação, sem prejuízo dos danos morais e materiais sofridos, nos seguintes percentuais e desde que o atraso ou interrupção não decorra de más condições meteorológicas: 10% se o atraso for superior a duas horas; 20% se superior a quatro horas; 50% se superior a oito horas e 100% se superior a doze horas.

Estabelece, ainda, que quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 04 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço e que todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil. Propõe, também, que o transportador deverá indenizar os passageiros em 100% (cem por cento) do valor pago pela passagem adquirida nos casos de interrupção ou atraso por mais de quatro horas, desde que o cancelamento, interrupção ou atraso não ocorra devido às más condições meteorológicas devidamente comprovadas pelos órgãos competentes.

Todavia, é omissa quanto à exclusão da responsabilidade administrativa ou civil da empresa transportadora nas hipóteses em que o cancelamento, a interrupção ou o atraso de voo decorrer de qualquer outra circunstância que não proveniente de más condições meteorológicas, tais como saturação de terminal de embarque e desembarque de passageiros; saturação de pátios de estacionamento ou pistas de aterrisagem/decolagem; sequenciamento de pousos/decolagens; tempo de voo dilatado por órbita; quebra de ponte de embarque; falta de ônibus para o embarque/desembarque de passageiros; pane no equipamento de raio-x; esteiras inoperantes; tráfego aéreo congestionado; radares inoperantes ou outras circunstâncias imprevistas ou imprevisíveis que excluam a responsabilidade do operador aéreo por atrasos, cancelamentos ou interrupções de voos, nos termos estabelecidos na alínea ?n? do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e no item 6.4 do Capítulo 6 da IAC 1504.

A proposição, portanto, implica em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial.

modificado em 29/09/2015 às 10:10

Nossa Posição

AREA RESTRITA

PLS 219/2015

Autor: Senador Romário (PSB-RJ)

Relator: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:14 Acessibilidade ao PNAE
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:14 Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:14 SF - CDH Relatora retirou para reexame da matéria. 26/08/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - o Presidente da CDH, Senador Paulo Paim PT/RS, designa o Senador Donizeti Nogueira PT/TO relator "ad hoc". A matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatoria "ad hoc", para análise.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 10:14 A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo foi regulamentada pela ANAC, por meio da Resolução 280/2013 (Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências), cujo art. 20 estabelece: ?Art. 20. O embarque e o desembarque do PNAE que dependa de assistência do tipo STCR, WCHS ou WCHC devem ser realizados preferencialmente por pontes de embarque, podendo também ser realizados por equipamento de ascenso e descenso ou rampa. § 1º O equipamento de ascenso e descenso ou rampa previstos no caput devem ser disponibilizados e operados pelo operador aeroportuário, podendo ser cobrado preço específico dos operadores aéreos. Em vista disso e considerando que a ANAC já adotou a regulação objeto da proposição legislativa, torna-se desnecessário a conversão do projeto em lei.

PL 534/2015

Autor: Deputado Carlos Gomes (PRB/RS)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco modificado em 29/09/2015 às 10:16

AREA RESTRITA

Transporte de animais domésticos

Obs.: Apensado ao PL 274/2015 Árvore de apensados e outros documentos da matéria

O que é

modificado em 29/09/2015 às 10:16

Dispõe sobre o transporte de animais domésticos e de cães-guia em veículos de transporte terrestre, aéreo e aquaviário.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 10:16

CD ? Apensado

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:16

DIVERGENTE

Assegura aos proprietários de animais domésticos o direito de transporte de cães e gatos nas linhas regulares nacionais, interestaduais e intermunicipais de transporte terrestre, aéreo e aquaviário, não podendo os mesmos sejam incluídos na franquia da bagagem, permitindo que o animal doméstico de até 8 (oito) quilogramas possa ser transportado na cabine de passageiros, a critério da empresa de transporte, devendo ficar em compartimento apropriado, e sem causar desconforto aos demais passageiros. Limita o transporte na cabine de passageiros a 2 (dois) animais por veículo por viagem, assegurando ao deficiente visual o direito de ingressar e permanecer acompanhado de cão-guia, independente do peso do animal e do pagamento de tarifa.

Por fim, estabelece que suas regras se apliquem a todas as modalidades de transporte, intermunicipal, interestadual e internacional com origem no território brasileiro, independente de peso e de cobrança de tarifa, limitado a um animal por passageiro.

Trata-se de matéria cuja regulação já foi atribuída à ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005

AREA RESTRITA

PL 535/2015

Autor: Deputado Carlos Gomes Â€ (PRB/RS)

Relator: Deputada Geovania de SÃ (PSDB-SC)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:19 Direito do consumidor PNAE Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:19 Assegura às pessoas com deficiência auditiva o direito a atendimento por tradutor ou interprete de LIBRAS nos órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, fundacional e nas empresas concessionárias de serviços públicos.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:19 CD - CTASP. Em 29.06.15 foi apresentado pela relatora parecer pela aprovação da matéria. Em 15.07.15 foi devolvido a relatora para opinar sobre o apensamento do PL 2.230/15
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 10:19 DIVERGENTE Trata-se de matéria já amplamente disciplinada em normas legais e em regulamentos de execução, que protegem os direitos e interesses das pessoas portadoras de necessidades especiais.

PL 1424/2015

Autor: Senador Pedro Taques (PDT/MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:21 Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação Obs.: Origem: PLS 757/2011. Apensado ao PL 4.785/2012.
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:21 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para regular a restituição de quantia paga por bilhete aéreo nos casos de cancelamento da viagem por iniciativa do passageiro e a cobrança de taxa em caso de alteração do voo.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 12:03 03/09/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2921/2015, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 6.716, de 2009, e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo"".

AREA RESTRITA

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:21

DIVERGENTE

A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo 5% do valor pago para os pedidos formulados com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias da data prevista para a viagem e 10% (do valor pago nos demais casos, podendo tais taxas serem aplicadas pelo transportador quando o passageiro requerer a alteração do voo.

A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das passagens aéreas, que resultará em prejuízo para os próprios consumidores.

AREA RESTRITA

PL 4050/2004

Autor: Senador Tião Viana (PT-AC)

Relator: Deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Obriga as aeronaves a portarem aparelho desfibrilador

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria

O que é

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.

Situação

modificado em 30/09/2015 às 10:55

18/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 21/09/2015).

15/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda nº 1/2004 da Comissão de Seguridade Social e Família e do PL 4443/2004, apensado, com Substitutivo. Inteiro teor

04/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Devolvido ao Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-

4

DF).

01/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF).

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:24

DIVERGENTE

Trata-se de proposição de ordem geral, que obriga diversos estabelecimentos (rodoviárias, ferroviárias, aeroportos, portos, centros comerciais, estádios, ginásios esportivos, hotéis, templos e outros locais com aglomerações ou circulação igual a superior a 2000 pessoas por dia) e veículos (trens, metros, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros, além de ambulâncias e viaturas de resgate, policiais ou bombeiros), a incluírem desfibriladores cardíacos entre seus equipamentos obrigatórios.

O PL foi aprovado pela CSSF, tendo sido rejeitada a EMC CSSF 1/2004 e o PL 4.443/2004, nos termos do voto do Relator, Dep. Walter Feldman (PSDB-SP).

A iniciativa, se convertida em lei, implicará em alteração na configuração das aeronaves, implicando em acréscimos de custos operacionais que serão repassados para os preços das passagens aéreas.

AREA RESTRITA

PL 6454/2005

Autor: Deputado Milton Monti (PR-SP)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Sim

Foco	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:27</p> <p>Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros</p> <p>Obs. Árvore de pensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:27</p> <p>Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros e dá outras providências</p>
Situação	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:27</p> <p>CD ? CSSF. Em 09.06.15 parecer da relatora, Deputada Conceição Sampaio (PP/AM), pela aprovação deste PL 6454/2005 e pela rejeição do PL 2.529/07, apensado, e do Substitutivo da CDC. Em 24.06.15 o parecer foi aprovado por unanimidade. Em 21.07.15, recebimento pela CVT com o PL 2.529/07, apensado.</p> <p>26/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p> <p>13/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição.</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:27</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL estabelece que as aeronaves nacionais e estrangeiras, em voos comerciais, com partida ou chegada em aeroportos nacionais, tenham a bordo os seguintes equipamentos de primeiros socorros: 1 - local adaptável para transformação em maca de acomodação de pessoas na posição horizontal; 2 - aparelho desfibrilador; 3 - balão de oxigênio; 4 - medicamentos anti-convulsivos para indicação cardíaca, e de uso geral em situação de emergência.</p> <p>O PL 2.529/2007, a ele apensado, torna obrigatória a presença de médico ou enfermeiro em todos os voos comerciais, domésticos e internacionais.</p> <p>Os PLs tratam de assuntos sujeitos à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto à formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º).</p> <p>Além disso suas regras são insuscetíveis de serem aplicadas a aeronaves estrangeiras, cujas operações sujeitam-se a regras estabelecidas em acordos, tratados e convenções internacionais.</p>

AREA RESTRITA

PLC 132/2011

Autor: Deputado Manoel JÃºnior (PMDB-PB)

Relator: Senadora LÃ¢cia VÃ¢nia (PSB/GO)

Status: em acompanhamento

Tema: ConfiguraÃ§Ã£o de Aeronaves

Prioridade: Sim

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:32 Instalação de assentos especiais nas aeronaves
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:32 Dispõe sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:33
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 10:32 DIVERGENTE O PLC trata de assunto sujeito à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto a formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º), além do que as aeronaves já dispõem de assentos rebatíveis que asseguram aos obesos acomodação adequada e o indispensável conforto nas suas viagens.

PL 3419/2008

Autor: Senado Federal - CPI do ApagÃ£o AÃ©reo

Relator: Deputado Vicente Candido (PT-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: AdministraÃ§Ã£o AeroportuÃ¡ria

Prioridade: NÃ£o

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:35 Venda de slots em aeroportos congestionados Obs.: origem no SF PLS 703/2007 Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:35 Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:35 CD - CCJ, em 18/04/2012: pronto para pauta, com parecer do Relator pela injuridicidade
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 10:35 DIVERGENTE O PL propõe que o operador de aeroporto congestionado poderá, após autorização da autoridade de aviação civil, alienar, mediante leilão, direitos de pouso ou decolagem em datas e horários específicos (slots), que apresentem alta densidade de tráfego aéreo. Os slots integrarão o patrimônio de seus titulares e poderão ser livremente negociados em mercado secundário. O PL não assegura, em nenhum dos seus aspectos, o aumento da eficiência da aviação civil, porque

AREA RESTRITA

não consegue satisfazer, simultaneamente, as três metas perseguidas pelas autoridades de aviação civil: 1 ? maximizar a eficiência da utilização de slots; 2 ? garantir a disponibilidade de rotas para destinos periféricos; 3 ? promover a competição entre as companhias aéreas, beneficiando os usuários.

A crítica a programas assemelhados é que tal pratica tende a aumentar a concentração de horários para apenas alguns exploradores, que se beneficiariam de suas economias de escala e de rede para adquirir slots, de modo a assegurar aumento de produtividade em termos de assentos/km produzidos, empregando, para tanto, aeronaves maiores e optando por voar para destinos nacionais ou internacionais, em detrimento de mercados regionais.

AREA RESTRITA

PL 2318/2011

Autor: Deputado Ratinho Junior (PSC/PR)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:37 Instalação de finger ou elevador nos aeroportos para deficientes Obs.: Apensado ao PL 705/2007
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:37 Torna obrigatória a instalação de plataforma ou passarela de passageiros que ligam os portões de embarque em aeroportos às aeronaves, do tipo finger ou elevador portátil para deficientes
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:37 CD - Prejudicado. PL será retirado na próxima atualização.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 10:37 CONVERGENTE O PL estabelece que os aeroportos ficam obrigados a instalar pelo menos uma passarela de passageiros que ligue os portões de embarque às aeronaves, do tipo finger, de modo a possibilitar o trânsito confortável da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. A determinação para que as administrações aeroportuárias melhorem as condições de embarque e desembarque dos passageiros portadores de necessidades especiais às aeronaves é correta e compatível com os substanciais recursos arrecadados com a cobrança de tarifas aeroportuárias.

PL 3691/2012

Autor: Deputado Leonardo Gadelha (PSC/PB)

Relator: Deputada Nilda Gondim (PMDB-PB)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 10:40 Instalação de finger nos aeroportos Obs. Arquivada
O que é	modificado em 29/09/2015 às 10:40 Obriga as administrações aeroportuárias a disponibilizar aos consumidores a instalação de "fingers" (pontes de comunicação entre o terminal e a aeronave) nos aeroportos onde opera aviação regular.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:40 CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: projeto arquivado. PL será retirado na próxima atualização. 08/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolução à CCP

AREA RESTRITA

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:40

CONVERGENTE

O PL tem por finalidade obrigar as administrações aeroportuárias a disponibilizar aos consumidores, em aeroportos que operem transporte aéreo regular com fluxo de embarque e desembarque superior a 300 (trezentos) mil passageiros/ano, a implantação de "fingers" (pontes ou plataformas de comunicação entre o terminal e a aeronave), de modo a assegurar o aumento da eficiência das operações aeroportuárias e a qualidade dos serviços prestados aos passageiros, sobretudo garantir acesso adequado às aeronaves dos passageiros portadores de necessidades especiais.

AREA RESTRITA

PL 2417/1991

Autor: Deputado Jackson Pereira (PSDB/CE)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:22</p> <p>Fixa valor mínimo para comissionamento de agências de viagem</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:22</p> <p>Aumenta para 15% a comissão das agências viagem ou turismo referente a venda de passagens aéreas.</p>
Situação	<p>modificado em 30/09/2015 às 10:50</p> <p>O PL está relacionado entre os que aguardam deliberação para o Plenário por ordem do Presidente da Câmara.</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:22</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL dispõe sobre as atividades, o registro e o funcionamento das agências de viagens e turismo e dá outras providências.</p> <p>No art. 19, o PL propõe que as Agências façam jus ao recebimento de comissão nos seguintes valores: mínimo de 15% sobre o valor de venda de passagens aéreas; mínimo de 10% sobre o valor da operação, quando se tratar de intermediação ou agenciamento de carga, excursão e outros serviços de viagens, turismo e locação.</p> <p>Sobre a matéria e em data posterior a apresentação do PL foi editada a Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelecendo que a comissão paga aos agentes de viagem e de carga, na venda de passagens e/ou fretes aéreos, são livremente negociadas entre as empresas aéreas e os agentes credenciados. De igual modo e com o mesmo efeito, foi editada a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que também não interfere nas relações comerciais entre as empresas aéreas e o comissionamento de agentes de viagens.</p> <p>A proposição, portanto, é incompatível a economia de mercado e com os princípios constitucionais que informam a ordem econômica, não havendo nenhuma justificativa para a pretendida intervenção estatal.</p>

PL 3628/1997

Autor: Deputado Vic Pires Franco (PFL/PA)

Relator: Deputado DÃ©cio Lima (PT/SC)

AREA RESTRITA

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>Divulgação de nota após acidente aéreo com vítimas Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>Altera a alínea "j" do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.</p>
Situação	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>CD - CCJ, Pronta para Pauta com parecer favorável do Relator.</p> <p>24/04/2013 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ?CCJC - Parecer do Relator, Dep. Décio Lima (PT-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e da EMS 3628/1997, apensado, com emenda</p> <p>25/11/2014 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <p>Indeferido o Requerimento n. 10.742/2014, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 10.742/2014, com fundamento no art. 163, I, e no art. 164, I e II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se".</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL estabelece a obrigatoriedade das concessionárias de serviço aéreo divulgarem nota oficial, em caso de acidente aéreo com vítimas, no prazo de 90 (noventa) dias após ocorrido o fato, sob pena de multa.</p> <p>A proposição contém vício de inconstitucionalidade, porque viola o inciso X do art. 5º da Constituição, que protege a intimidade, a honra e a imagem das vítimas, além de contrariar o Anexo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), promulgado pelo Decreto nº 21.713, de 1946. Além disso, é incompatível com as normas do CBA, que estabelecem regras específicas sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), regulamentadas pelo Decreto nº 87.249, de 1982.</p>

AREA RESTRITA

PL 3772/1997

Autor: Deputado Adylson Motta (PPB/RS)

Relator: Deputado Ronaldo Perim (PMDB/MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:31 Proibição de transporte de arma e a condução de preso de alta periculosidade Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:31 Proíbe o porte de arma de fogo e a condução de preso com escolta armada em voo comercial regular.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:31 CD ? 03/02/1998 - Plenário Pronto para a pauta.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:31 CONVERGENTE O PL, na redação do Substitutivo apresentado pelo Deputado Leur Lomanto, restringe o transporte na aviação regular ou em aeronave para transporte de turistas, salvo com autorização especial do órgão competente, o transporte de explosivos, munições, armas de fogo, material bélico, equipamentos destinados a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção, ou, ainda, de quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública, da própria aeronave ou dos passageiros. Proíbe, também, aos passageiros, o porte, durante o voo, de arma de fogo e, às autoridades policiais, a condução de presos de alta periculosidade, salvo prévio atestado judicial da inexistência de periculosidade. O PL atende antiga reivindicação das empresas aéreas, devendo o setor encaminhar manifestação favorável à aprovação, se for o caso.

PL 4847/2005

Autor: Dep. Paulo Magalhães (PFL/BA)

Relator: Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:34 Arrendamento de aeronaves Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:34 Altera a Lei nº 11.101/05, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial. Estabelece que em caso de recuperação judicial e falência das sociedades empresárias, em nenhuma hipótese ficará suspenso o exercício de direitos derivados

AREA RESTRITA

de contratos de arrendamento mercantil de aeronaves ou de suas partes?.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:34

CD - 06/02/2015 ? Desarquivado Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa 12/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-438/2015.

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:34

CONVERGENTE

A aprovação do art. do PL que trata do arrendamento de aeronaves reduzirá o risco dos arrendadores, podendo contribuir para a redução nos preços dos arrendamentos. Todavia, os pareceres já apresentados no âmbito das Comissões Técnicas (CTASP e CDEIC) são contrários.

AREA RESTRITA

PL 1257/2007

Autor: Dep. Ciro Pedrosa (PV/MG)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:35 Obriga as empresas a orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda Obs.: tramita em conjunto o PL 121/10
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:35 Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.257-D, de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda?
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:35 CD ? CCJC, aguardando designação de relator. O PL 1.257/2007 foi aprovado por unanimidade na CSSF no dia 02.06.2.015.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:35 CONVERGENTE O PL propõe que as empresas de transporte coletivo fiquem obrigadas a orientar aos passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda, antes do início da viagem, de acordo com as normas internacionais e nacionais de prevenção da trombose venosa profunda, bem como delega ao Poder Executivo, a regulamentação sobre a forma e o conteúdo da orientação aos passageiros.

PL 2822/2008

Autor: Deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS)

Relator: Deputado Luiz Carlos (PSDB-AP)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:37 Dispor sobre publicidade da Apólice ou Certificado de Seguro. Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:37 Altera os arts. 283 e 302 da Lei nº 7.565/86, para dispor sobre a publicidade da Apólice ou Certificado de Seguro.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:37 CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: arquivado. PL será retirado na próxima atualização. 02/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolução à CCP

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:37

DIVERGENTE

O PL propõe que a comprovação do seguro exigido pelo art. 281 do CBA (todo o operador é obrigado a contratar seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros em relação aos danos previstos no CBA) deve ser pública, mediante a divulgação de cópia da Apólice ou Certificado de Seguro em sítio na rede mundial de computadores e em local visível no interior das aeronaves, estabelecendo multa pelo descumprimento.

O PL é rigorosamente irracional, não fosse só pelo tamanho das apólices a serem divulgadas, como também pelo fato de que as mesmas de regra são realizadas para toda a frota de aeronaves de cada uma das empresas, cobrindo também outras hipóteses de danos que não os exclusivamente previstos no CBA.

Além disto, a realização dos seguros é comprovada perante a autoridade de aviação civil (art. 283 do CBA) e abrange aspectos confidenciais que não podem ser divulgados, conforme a prática internacional.

AREA RESTRITA

PL 3422/2008

Autor: Senado Federal - CPI do Apagão Aéreo

Relator: Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:40 Divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos. Obs.: origem PLS 702/07 Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:40 Altera a Lei nº 7.565/86, para obrigar as empresas aéreas a divulgarem a lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:40 CD ? 17/03/2011 - Encaminhado à publicação
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:40 DIVERGENTE O PL contém vício de inconstitucionalidade, uma vez que viola o inciso X do art. 5º da CF, que protege a intimidade, a honra e a imagem das vítimas, além de contrariar o Anexo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), promulgado no Brasil pelo Decreto nº 21.713, de 1946. Além disto, é incompatível com as normas do CBA, que estabelecem regras específicas sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), regulamentadas pelo Decreto nº 87.249, de 1982.

PL 5762/2009

Autor: Deputada Gorete Pereira (PR/CE)

Relator: Deputado Mauro Lopes (PMDB-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:42 Esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança das aeronaves. Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:42 Obriga as empresas aéreas a prestarem esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança das aeronaves.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:42 CD ? CCJC Aguardando Designação de Relator. 06/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no

AREA RESTRITA

REQ-123/2015.

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:42

DIVERGENTE

O PL propõe que as empresas de transportes de passageiros nas diversas modalidades de transporte fiquem obrigadas a prestarem, antes do início da viagem, esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança disponíveis no veículo. O parecer aprovado pela CTASP opina pela aprovação, na forma de substitutivo, limitando o âmbito de sua incidência ao transporte coletivo aquaviário ou terrestre, ou seja, excluiu os demais modais, inclusive o aéreo. De sua vez, a Comissão de Viação e Transportes aprovou parecer pela rejeição do PL.

No que se refere ao modal aéreo a proposição é desnecessária, uma vez que os esclarecimentos devidos já são prestados aos passageiros.

AREA RESTRITA

PL 7036/2010

Autor: Deputado Fábio Faria (PMN/RN)

Relator: Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:44 Obrigatoriedade de exibição nas aeronaves de filmes que combatam a pedofilia Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:44 Determina a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:44 CD ? CVT Aguardando Parecer do Relator. 09/04/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-333/2015
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:44 DIVERGENTE O PL propõe seja estabelecida a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia, ficando as companhias aéreas nacionais obrigadas a exibir, durante os voos que excedam uma hora, filmes ou vídeos com duração mínima de trinta segundos, que veiclem campanha de combate à pedofilia, sob pena de multa, conforme for regulamentado pela Agência Nacional de Aviação Civil. Há parecer da CVT pela rejeição. A maior parte das aeronaves em circulação não dispõem de sistemas de vídeo, sobretudo nas empresas regionais de aviação, o que significa dizer que o cumprimento da norma implicará em despesas iniciais de instalação desses equipamentos. Aos custos de implantação, sobrepor-se-ão os de manutenção, na forma de queda da receita auferida com a venda dos seus espaços midiáticos para terceiros interessados. Para compensar o resultado negativo dos custos, as empresas serão instadas a aumentar as tarifas, gerando prejuízos aos passageiros, o que por só recomenda a rejeição do PL.

PL 880/2011

Autor: Deputado Paulo Magalhães (DEM/BA)

Relator: Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:46
-------------	-----------------------------------

AREA RESTRITA

	Obriga a presença de médico em voos comerciais
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:46 Determina a obrigatoriedade da presença de médico em voos comerciais com mais de duas horas de duração.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:46 CD - CSSF, em 06/05/2015 foi devolvido ao relator, Dep. Marcus Pestana.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:46 DIVERGENTE A presença de um médico a bordo das aeronaves será ociosa e onerará o preço das passagens aéreas, além do que o treinamento de tripulantes já inclui a intervenção em situações de emergência, como exigido na na Portaria DAC Nº 1232/DGAC, de 28 de novembro de 2005, que ?aprova a quarta edição do Manual do Curso do Comissário de Vôo?.

AREA RESTRITA

PL 1033/2011

Autor: Deputado Dr. Ubiali (PSB/SP)

Relator: Deputado Jose Stá@mile (PSB-RS)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:47 Cria o Índice de Turbulência Aérea Árvore de apensados e outros documentos da matéria
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:47 Cria o Índice de Turbulência Aérea ? InTA
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:47 CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: arquivado. PL será retirado na próxima atualização. 20/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Devolução à CCP, por força do art. 105 do RICD.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:47 DIVERGENTE O PL propõe a criação do Índice de Turbulência InTA, que consiste em um indicador de aferição capaz de informar aos usuários de transporte aéreo, qual a intensidade de turbulência prevista para um determinado voo, devendo tal índice constar do Sistema Informativo de Voo ? SIV, em números cardinais, de forma gradual e crescente, de 0 a 5, quando da confirmação do voo. Estabelece, também, que as companhias aéreas deverão informar aos seus passageiros qual o índice de turbulência previsto para cada voo, antes do embarque, desde a primeira chamada, ficando obrigadas a manter arquivadas, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, as informações relativas aos índices de turbulência prevista de seus respectivos voos. Os sistemas de radares meteorológicos utilizados na aviação são incapazes de aferir, em tempo real, o grau de turbulência nas rotas programadas pelas aeronaves.

PL 4495/2012

Autor: Deputado Ademir Camilo @€" (PSD/MG)

Relator: aguarda designa@ç@o

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:50 Dispõe sobre os poderes e deveres do comandante Árvore de apensados e outros documentos da matéria
-------------	--

AREA RESTRITA

O que é

modificado em 29/09/2015 às 11:50

Modifica o art. 165 da Lei nº 7.565, de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, que se refere ao Comandante de aeronave.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:50

CD - CCJC, aguardando designação de relator Em 20.05.15, na CVT, foi aprovado por unanimidade o relatório do Deputado José Stedille(PSB/RS). Em 22.05.15 a Presidência da CVT comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados os pareceres divergentes da CVT e da CDC sobre o PL 4.495/2012.Em 08.06.15 o PL foi enviado a CCJC.

08/06/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:50

DIVERGENTE

O PL propõe seja acrescido mais dois parágrafos ao art. 165 do CBA, para determinar que, no transporte aéreo regular, o número de horas de voo em comando do Comandante seja divulgado aos passageiros antes de iniciada a partida da aeronave e que as informações profissionais havidas pela autoridade aeronáutica a respeito da habilitação, da certificação médica e das horas de voo de Comandante sejam de acesso público.

A proposição legislativa invade área de competência das autoridades de aviação civil e de aeronáutica, além de dispor sobre matéria já amplamente regulada.

AREA RESTRITA

PLS 52/2013

Autor: Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:53 Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle das Agências Reguladoras
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:53 Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências
Situação	modificado em 30/09/2015 às 14:35 28/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria constante da Pauta da 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 30/09/2015. 18/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria constante da Pauta da 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 23/09/2015. 03/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido, às 13h50min, o Relatório do Senador Walter Pinheiro, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão. 01/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria encaminhada ao gabinete do Relator, Senador Walter Pinheiro, para relatar.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:53 CONVERGENTE O PLS é positivo para os setores regulados, uma vez que contribui para melhorar a eficiência e o controle da ação normativa das agências reguladoras.

PLS 197/2015

Autor: Senador Cristóvam Buarque (PDT/DF)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:55 Dispõe sobre segurança de voo
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:55 Estabelece que na cabine de comando das aeronaves que disponham de porta separatória que possa ser trancada por dentro, e que sejam utilizadas para a realização de voos regulares, deverá haver, em todos os momentos do voo, a presença de ao menos dois tripulantes, na forma do

AREA RESTRITA

regulamento.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:55

SF - CCJ, em 09/04/2015: aguarda apresentação de emendas

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:55

DIVERGENTE

Trata-se de matéria já regulada pela ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, sendo, portanto, desnecessário o projeto.

AREA RESTRITA

PLS 289/2015

Autor: Senador Gladson Camelli

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 11:57 obrigação de um tripulante que fale português
O que é	modificado em 29/09/2015 às 11:57 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para tornar obrigatório que empresas estrangeiras que operem transporte internacional de passageiros no País tenham, pelo menos, um comissário de bordo que fale a língua portuguesa, em cada aeronave.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 11:57 SF - CCJ, em 21/05/2015: prazo para apresentação de emendas. 08/07/2015 - CCJ - 08/07/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 11:57 PL Propõe seja acrescentado mais um parágrafo ao art. 203 do CBA, com a seguinte redação: ?Art. 203..... § 1º § 2º As empresas estrangeiras de transporte aéreo internacional que embarquem ou desembarquem passageiros no País deverão ter na sua tripulação, no mínimo, um comissário que fale a língua portuguesa." (

As empresas estrangeiras são regidas pelas normas do país de suas respectivas bandeiras e pelos tratados, convenções e atos internacionais de que seus países sejam partes e, não, por normas internas brasileiras, que são insuscetíveis de serem-lhes aplicadas.

PL 534/2015

Autor: Deputado Carlos Gomes (PRB/RS)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:00 Facilitar o transporte de animais domésticos Apensado ao PL 274/2015
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:00 Dispõe sobre o transporte de animais domésticos e de cães-guia em veículos de transporte terrestre,

AREA RESTRITA

aéreo e aquaviário.

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:00

CD ? Apensado. PL será retirado na próxima atualização

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:00

DIVERGENTE

O PL tem por objetivo assegurar aos proprietários de animais domésticos transporte de cães e gatos nas linhas regulares nacionais, interestaduais e intermunicipais de transporte terrestre, aéreo e aquaviário, vedando a inclusão do peso dos mesmos na franquia da bagagem e facultando à empresa a cobrança de valor adicional pelo transporte, de acordo com critérios determinados pela agência reguladora competente de cada setor. Estabelece, também, que para efetuar o embarque, os animais deverão estar acondicionados em caixas de apropriadas ou similares e assim permanecerem durante toda a sua permanência a bordo, devendo ser transportados em local e na forma definida pela empresa de transporte, de modo que lhes ofereça condições de proteção e conforto. Estabelece também que o animal doméstico de até 8 (oito) quilogramas poderá ser transportado na cabine de passageiros, a critério da empresa de transporte, devendo ficar em compartimento apropriado, com segurança, e sem causar desconforto aos demais passageiros, limitando o transporte na cabine de passageiros a 2 (dois) animais por veículo, a cada viagem.

Além disto, o PL assegura ao deficiente visual o direito de ingressar e permanecer acompanhado de cão-guia nos transportes, independentemente do peso do animal e do pagamento de tarifa.

Trata-se de matéria cuja regulação já é atribuída à ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, sendo, portanto, desnecessário o projeto.

AREA RESTRITA

PL 1500/2015

Autor: Deputado Rogerio Rosso (PSD/DF)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>Incluir no bilhete de passagem informações sobre riscos à saúde no transporte aéreo</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
O que é	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>Altera as Leis nº 7.183, de 05 de abril de 1984, e nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a obrigatoriedade da informação prévia aos passageiros sobre os serviços executados, os riscos à saúde e segurança, as medidas de prevenção, e a obrigatoriedade de atendimento médico de primeiros socorros durante voos em aeronaves comerciais, nacionais ou estrangeiras, que operem em território brasileiro.</p>
Situação	<p>modificado em 30/09/2015 às 12:04</p> <p>18/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) ? Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 21/09/2015).</p> <p>17/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Parecer da Relatora, Dep. Clarissa 31</p> <p>OBRIGAÇÃO ? INFORMAÇÃO - TROMBOSE</p> <p>Garotinho (PR-RJ), pela aprovação, com substitutivo.</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL altera os arts. 227 e 256 da Lei nº 7.565/86 (CBA) fundamentalmente para:</p> <p>(i) obrigar as empresas transportadoras a incluírem no bilhete de passagem aérea informações sobre eventuais riscos à saúde e à segurança dos passageiros durante voos, bem como as contraindicações, ações e recomendações de prevenção; (ii) responsabilizar as empresas transportadoras por quaisquer complicações de saúde ao passageiro, causadas pela falta de informações prévias, ações e recomendações de prevenção, especialmente quanto aos riscos de trombose e embolia pulmonar em voos de longa duração; falta de atendimento médico de primeiros socorros, durante o voo ou procedimentos de embarque e desembarque de aeronave, defeitos relativos à prestação dos serviços de transporte aéreo, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.</p> <p>O autor justifica a proposição sob o argumento de que tem sido cada vez mais comum, não só no Brasil, a incidência de passageiros manifestando sintomas de trombose das veias profundas das pernas (TVP) e embolia pulmonar, especialmente durante a fase final de voos de longa duração ou na hora do desembarque e que tal fenômeno tem sido apelidado de ?trombose do viajante? ou ?síndrome da classe econômica?, exatamente por acometer majoritariamente passageiros de voos com pouco espaço entre poltronas, especialmente quando ficam muito tempo sentados ou sem</p>

AREA RESTRITA

movimentar as pernas.

A imputação de responsabilidade por qualquer complicação de saúde do passageiro ou falta de atendimento médico à bordo da aeronave é incompatível com o regime legal estabelecido no Código Civil e no Código Brasileiro de Aeronáutica sobre a responsabilidade civil das empresas transportadores por danos causados aos passageiros, além de contrariar as normas da Lei Complementar nº 93/95, que estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa (Lei citada, art. 7º, IV).

A proposição, portanto, além de não atender os requisitos formais para sua viabilidade, implicará, se convertida em lei, em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas transportadoras e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial, com prejuízo para os consumidores.

PL 7558/2014

Autor: Flávia Moraes - PDT/GO

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:13
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:13 Acréscimo de artigo ao Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 11:59 23/09/2015 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - Discutiram a Matéria: Dep. Chico Lopes (PCdoB-CE), Dep. Tenente Lúcio (PSB-MG), Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), Dep. Fabricio Oliveira (PSB-SC) e Dep. Ricardo Izar (PSD-SP). Aprovado o Parecer. 01/09/2015 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - Parecer do Relator, Dep. Fabricio Oliveira (PSB-SC), pela aprovação.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:14 DIVERGENTE

O PL implica em indevida interferência no princípio da liberdade tarifária, na qual se compreende, inclusive, a possibilidade de cobrança da bagagem transportada, seja ela qual for.

AREA RESTRITA

PL 96/2015

Autor: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Foco modificado em 29/09/2015 às 12:17

O que é modificado em 29/09/2015 às 12:17
Dispõe sobre a incidência das contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gasolina de aviação.

Situação modificado em 29/09/2015 às 12:17
24/09/2015 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Encaminhada solicitação ao Ministério da Fazenda.

Nossa Posição modificado em 29/09/2015 às 12:17
INDIFERENTE

As empresas aéreas não se utilizam de gasolina de aviação, mas de querosene de aviação.
Sugerimos excluir o PL de nossa Agenda.

PL 2191/2015

Autor: Deputado Takayama - PSC/PR

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Foco modificado em 29/09/2015 às 12:20
Dispõe sobre segurança de voo

O que é modificado em 29/09/2015 às 12:20
Cria a obrigatoriedade da exigência por parte das companhias aéreas que atuam em território nacional da presença de dois membros da tripulação na cabine de comando durante toda a duração do voo

Situação modificado em 29/09/2015 às 12:20
25/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Apense-se a este(a) o(a) PL-3045/2015.

Nossa Posição modificado em 29/09/2015 às 12:20
DIVERGENTE

Trata-se de matéria já regulamentada pela ANAC, no uso de sua competência normativa, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005.

Tratando-se de matéria regulamentar, entendemos que o assunto não deve ser objeto de lei.

AREA RESTRITA

PLS 551/2015

Autor: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:28 CBA
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:28 Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para estabelecer que o eventual acréscimo de preço para alocação do passageiro em novo voo doméstico nas poltronas reservadas para a mesma faixa tarifária não poderá exceder ao valor do bilhete vendido.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:28
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:28

PDC 4/2015

Autor: Chico Alencar - PSOL/RJ E OUTROS

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:31 Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:31 Susta os efeitos do Decreto nº 8.395/2015 que altera o Decreto nº 5.059/2004 e o Decreto nº 5.060/2004. Em sua justificativa, os autores alegam que o Decreto nº 8.395/2015 ?aumenta fortemente os preços dos combustíveis, em mais de R\$ 0,22 por litro de gasolina e R\$ 0,15 por litro de óleo diesel, por meio do aumento da alíquota de PIS/COFINS e da CIDE. Tal aumento causa severos prejuízos à população, seja aquela que utiliza automóveis, seja a que utiliza transporte público.?
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:31 01/07/2015 - Comissão de Minas e Energia (CME) - 09:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta a requerimento aprovado do Deputado Fernando Marroni.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:31 DIVERGENTE EM TERMOS O Decreto que se procura sustar aumenta as alíquotas da contribuição do PIS/PASEP e da COFINS para gasolina e óleo diesel, alterando, em seu art. 1º, o Decreto nº 5.059/04, No seu art. 2º, altera também o Decreto nº 5.060/04 que, de sua vez, reduziu a zero a alíquota da CIDE incidente sobre querosene de aviação, e outros combustíveis.

AREA RESTRITA

A aprovação do PDC nos termos propostos, ou seja, a sustação do decreto em sua integralidade, acarretará sério prejuízo para as empresas aéreas, que se utilizam de querosene de aviação, para o qual a alíquota da CIDE é zero atualmente.

Sugere-se entendimento com o Relator para que a sustação seja limitada ao art. 1º do Decreto nº 8.395/2015, mantendo-se em vigor o art. 2º do mesmo.

AREA RESTRITA

PL 3372/1997

Autor: Deputada Marinha Raupp - PSDB/RO

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco modificado em 29/09/2015 às 12:35

O que é modificado em 29/09/2015 às 12:35
Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência física e aos idosos no sistema de transporte público coletivo intermunicipal.

~~**Situação**~~ modificado em 29/09/2015 às 12:35

Nossa Posição modificado em 29/09/2015 às 12:35

PL 2303/2015

Autor: Deputado Aureo - SD/RJ

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco modificado em 29/09/2015 às 12:37

O que é modificado em 29/09/2015 às 12:37
Dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central

~~**Situação**~~ modificado em 29/09/2015 às 12:37

Nossa Posição modificado em 29/09/2015 às 12:37

AREA RESTRITA

PL 2288/2015

Autor: Senado Federal - Vital do Rêgo - PMDB/PB

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:39 Gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:39 O PL determina que os órgãos públicos civis, as instituições militares e as empresas públicas e privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, são obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e de integrantes da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material. Estabelece, ainda, que o transporte será gratuito.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:39 15/07/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Recebimento pela CSSF.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:39 Já há convênios celebrados entre a União e as empresas aéreas assegurando a gratuidade do transporte. O PL, portanto, se aprovado, não implicará em custos adicionais.

PL 7266/2014

Autor: Deputado Otavio Leite - PSDB/RJ

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:41 dispõe sobre o Fundo Nacional da Aviação Civil ? FNAC
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:41 Altera a Lei nº 12.462/2011, que dispõe sobre o Fundo Nacional da Aviação Civil ? FNAC, para proibir o contingenciamento, bem como a transferência, ao Tesouro Nacional dos recursos do Fundo, em especial para fins de composição de superávit primário. Estabelece, ainda, que os recursos do FNAC poderão ser utilizados para financiamento e apoio à formação de pilotos e profissionais da aviação civil, bem como para financiamento de equipamentos para aeroclubes.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:41 13/05/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT)

AREA RESTRITA

A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD.

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:41

CONVERGENTE

O PL impede que as dotações que capitalizem o Fundo Nacional da Aviação Civil possam ser contingenciadas, bem como transferidas ao Tesouro Nacional, passando a se constituir superávit financeiro.

A proposta confere eficácia ao objetivo de criação do FNAC, ao impedir manobras contábeis que desvirtuem a finalidade da aplicação dos recursos, qual seja a de aperfeiçoar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

Sugere-se a aprovação do PL.

AREA RESTRITA

PL 2086/2015

Autor: Deputado Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:43 liberdade tarifária Obs.: apensado ao PL 6546/2013
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:43 O PL dispõe que o valor da maior tarifa não poderá exceder em três vezes o valor da menor tarifa oferecida ao público, exceto quando se tratar de bilhete que confira ao passageiro o direito de ocupar local da aeronave com assento e serviço de bordo especiais.
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:43 06/07/2015 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 07/07/15 PÁG 70 COL 01.
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:43

O PL fere o princípio da liberdade tarifária, consagrado na Lei nº 11.182, de 2005, que estabeleceu que na prestação de serviços aéreos regulares prevalecerá o regime de liberdade tarifária.

Além do mais, interfere na livre organização e gestão dos programas tarifários (liberdade tarifária) praticados pelas empresas aéreas regulares, e pode vir a dificultar ou até mesmo prejudicar, desestimular ou impedir a implementação de descontos, reduções ou promoções tarifárias.

PEC 107/2015

Autor: Senadora Lucia Vania (PSB/GO) e outros

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:48 amplia a base de incidência do ICMS na importação de bens
O que é	modificado em 29/09/2015 às 12:48 Permite a incidência do ICMS na entrada de bem proveniente do exterior, ainda que a importação seja relativa à operação de arrendamento mercantil com ou sem possibilidade de transferência ulterior de propriedade.
Situação	modificado em 30/09/2015 às 14:45 24/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido, às 14h10min, o Relatório do Senador Lindbergh Farias, com voto favorável à Proposta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão. 16/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - O Presidente da Comissão,

AREA RESTRITA

Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Lindbergh Farias.

modificado em 29/09/2015 às 12:48

Nossa Posição

DIVERGENTE

Atualmente, se não houver transferência de propriedade do bem arrendado, não há incidência do ICMS, pois o leasing configura locação do bem, não havendo modificação da propriedade.

Essa opção de leasing é adotada por todas as nossas associadas. Portanto, a PDC é altamente prejudicial às empresas aéreas.